

Índice

I.	Introdução	4
Enq	uadramento Legal	6
Perí	ímetro de Consolidação	8
Car	acterização das entidades incluídas no perímetro da consolidaç	ã o 10
II.	Análise Económica e Financeira	11
Bala	anço Consolidado	11
A	tivo	14
С	irculante	14
P	assivo	18
D	ívida de médio e longo prazo	21
D	ívida de curto prazo	22
III.	Demonstração de Resultados Consolidados	24
IV.	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	26
1. lr	nformações relativas às entidades no perímetro de consolidação	e a outras
enti	idades participadas	27
2. Ir	nformações relativas à imagem verdadeira e apropriada	29
3. Ir	nformações relativas aos procedimentos de consolidação	30
4. Ir	nformações relativas ao endividamento de médio longo prazo	33
5. Ir	nformações sobre saldos e fluxos financeiros	36
6. Ir	nformações relativas a compromissos	36
7. lr	nformações relativas a políticas contabilísticas	41
8. Ir	nformações relativas a determinadas rubricas	45
9. Ir	nformações diversas	51
10.0	Outras Informações Relevantes	53



Índice Quadros

Quadro 1 – Balanço Consolidado	11
Quadro 2 – Ativo Circulante	15
Quadro 3 – Disponibilidades do Grupo Municipal	16
Quadro 4 – Estrutura do Passivo	18
Quadro 5 – Evolução da Dívida Grupo	19
Quadro 6 – Dívida de Médio e Longo Prazo	21
Quadro 7 – Dívida de Curto Prazo	23
Quadro 8 – Demonstração de Resultados Consolidados	24
Quadro 9 – Estrutura dos Custos/Proveitos	25



Índice Gráficos

Gráfico 1 – Estrutura e Evolução do Grupo	13
Gráfico 2 – Estrutura do Ativo	14
Gráfico 3 – Ativo Circulante	16
Gráfico 4 – Peso Fundos Próprios	17
Gráfico 5 – Estrutura do Passivo	18
Gráfico 6 – Evolução da Dívida	20
Gráfico 7 – Dívida Total	20
Gráfico 8 – Composição Dívida Médio e Longo Prazo	22
Gráfico 9 – Componente da Dívida de Curto Prazo	25



I. Introdução

Nos últimos tempos tem-se assistido por parte das entidades internacionais, bem como das entidades nacionais, a um grande esforço de delimitar o vínculo e o campo da responsabilidade e, consequentemente, analisar quais as necessidades dos stakeholders da informação contabilística.

A reforma da contabilidade pública iniciada na década de noventa, ainda se encontra em curso e em crescente evolução. Neste contexto, inserem-se as contas consolidadas, com o objetivo de apresentar a situação económico-financeira e os resultados de um conjunto de entidades, como se de uma única entidade económica se tratasse.

A razão para a consolidação de contas no setor público, e citando Gonçalves (2007:70) resulta de um paradoxo: por um lado, o que motivou o nascimento desta técnica no âmbito empresarial foi a problemática derivada dos agrupamentos empresariais, mas no setor público, trata-se de colmatar contabilisticamente as carências de informação produzidas pela desagregação das várias entidades.

Ao longo dos tempos, tem-se assistido em Portugal a uma alteração do paradigma das atribuições e competências dos municípios, que numa lógica de grupo municipal, recorrem a formas organizacionais para colmatar lacunas próprias, como, no caso do Município de Santa Maria da Feira, ao constituir a empresa Feira Viva EM.

Segundo Maldonado, "uma das ferramentas que pode contribuir para o controlo do grupo local é a consolidação de contas uma vez que ao elaborar demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procura dar, tanto quanto possível, uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto de entidade que integram o grupo local".

Em geral, a consolidação de contas visa alcançar os seguintes objetivos:

- Melhorar o processo de tomada de decisão;
- Potenciar o controlo;
- Melhorar a informação financeira do grupo;
- Facilitar a comparabilidade temporal e espacial da informação.



A análise das contas individuais não permite uma visão alargada da situação financeira do grupo municipal, pelo que a apresentação das contas consolidadas é de importância extrema para uma avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas, bem como da necessidade da objetividade e transparência da informação.

A informação financeira proveniente das contas consolidadas, permite melhorar o nível da avaliação do risco financeiro, o controlo e a coordenação das diferentes entidades que interagem entre si. Facilita a tomada de decisão e respetivo controlo por parte das entidades e do respetivo grupo municipal no que respeita ao cumprimento dos objetivos estabelecidos, informação de relevância extrema para efeitos de controlo do défice público, e que converge de forma inequívoca no sentido das boas práticas de governança

Assim, para além das contas individuais do Município, as contas consolidadas do grupo municipal em que a autarquia se enquadra, também são obrigatórias apresentar, conforme a prerrogativa prevista no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Esta ferramenta de gestão procura dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.



Enquadramento Legal

A publicação da Nova Lei da Finanças Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014, revogando, entre outras, a Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, contém, para além de importantes mudanças legislativas, também mudanças ao nível da consolidação.

De acordo com o preconizado no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro os municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, designando-se, por "entidades mãe" ou "entidades consolidantes".

De acordo com o estipulado no artigo 75.º, n.º 3, do referido diploma, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (artigo 75.º, n.º 6).

As demonstrações financeiras consolidadas de 2015 deverão ser elaboradas e aprovadas, de acordo com o estabelecido no artigo 75.º da NLFL, pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 76.º deverão ser submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho a que respeitam.

Apesar das alterações ocorridas ao normativo do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, ainda persiste a inexistência de procedimentos contabilísticos de consolidação, pelo que, se continua a adotar o estabelecido na Portaria nº 474/2010, de 1 de julho, através da qual aprova a orientação n.º 1/2010, intitulada de "Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo", cujo âmbito se aplica aos municípios através das instruções provenientes do SATAPOCAL-Subgrupo de apoio técnico na aplicação do POCAL, "Consolidação de Contas pelos Municípios publicada pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL)" no dia 28 de abril de 2011.

Desta forma, e pelo quarto ano consecutivo se apresentam as contas consolidadas do Grupo Municipal de Santa Maria da Feira, relativamente ao ano económico de 2015, com as devidas alterações impostas pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.



O documento a seguir apresentado está estruturado da seguinte forma:

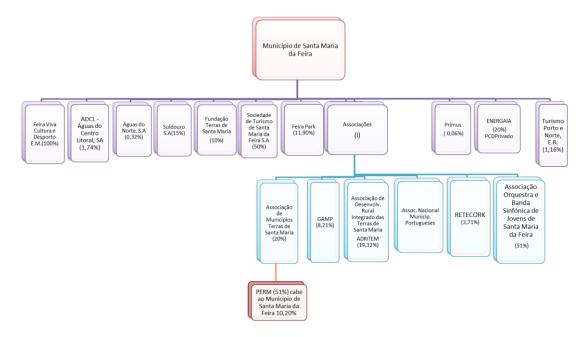
- Primeira parte, é realizada uma apreciação acerca do perímetro de consolidação do Grupo Municipal de Santa Maria da Feira e caracterização das respetivas entidades;
- Segunda parte, é efetuada uma análise económico-financeira, com considerações de cariz patrimonial, ao Balanço Consolidado e à Demonstração dos Resultados Consolidada, bem como uma abordagem genérica sobre a situação económica do grupo municipal;
- Terceira parte, é composta pelos anexos às demonstrações financeiras consolidadas, nos quais se agregam informações indispensáveis à correta avaliação e interpretação das contas prestadas.

Por último, junta-se a apreciação das contas com a certificação legal das contas consolidadas.



Perímetro de Consolidação

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo Municipal de Santa Maria da Feira era composto de acordo com o seguinte organograma.



A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, nomeadamente no artigo 75.º n.º 3, define uma ampliação do grupo municipal consolidante, em que a consolidação deverá ser realizada com as entidades detidas ou participadas, quer de forma direta ou indireta.

Ora, decorre do exposto, que deixa de ser apenas as entidades detidas a 100% pelo município que consolidam, abrangendo outras entidades, caso se aplique o preceituado no n.º 4 do mesmo artigo.

No que concerne ao perímetro de consolidação, não se pode confundir ou pretender que seja idêntico ao perímetro das entidades que relevam para a dívida total dos municípios.

Deste modo:

 As entidades intermunicipais e associativas municipais relevam, em todos os casos, para o limite da dívida total dos municípios que as integram e são entidades mãe ou consolidantes, pelo que nunca integram os perímetros de consolidação de qualquer município;

- As empresas locais relevam sempre (independentemente da percentagem de participação) para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que participem no seu capital (cfr. art.º 75º, n.º 6, do RFALEI), quando a respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do município) só é considerada, na percentagem da participação, para efeitos do limite da dívida total dos municípios se não apresentarem equilíbrio de contas (cfr. art.º 54º, n.º 1, al. c), do RFALEI e arts. 40º e 41º da Lei n.º 50/2012, de 31/ago);
- As cooperativas e fundações podem relevar para o perímetro de consolidação das entidades mãe ou consolidantes que sejam cooperantes ou fundadores, desde que se verifiquem, ou que se presuma existir, elementos de poder ou de resultado (cfr. art.º 75º, n.º 4, al. c), e n.º 5 do RFALEI), quando a respetiva dívida (equivalente à de operações orçamentais ao nível do município) é sempre considerada, na percentagem de participação, para efeitos do limite da dívida total dos municípios (cfr. art.º 54º, n.º 1, al. d), do RFALEI);
- Finalmente, as empresas participadas (art.º 3º e 51º e seguintes da Lei n.º 50/2012, de 31/ago) nunca serão incluídas no perímetro de consolidação das entidades a que aludimos (pois, neste caso, não é suscetível existir controlo ou presunção de controlo por parte do setor local), mas a respetiva dívida pode relevar, nos mesmos termos das empresas locais, para o limite da dívida total dos municípios participantes.

Para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas deverão apurar:

- a) Por um lado, a existência ou presunção de controlo, relativamente a outras entidades, pela verificação dos pressupostos previstos no art.º 75º, n.ºs 4 e 5, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;
- b) Por outro lado, se se trata das entidades especificamente elencadas no art.º 75º, n.º 6, do RFALEI, relativamente às quais o pressuposto indicado no parágrafo anterior é irrelevante, pois, como já referimos, as entidades previstas na referida norma são sempre consolidadas (ainda que, atendendo ao disposto no art.º 75º, n.º 8, do RFALEI, conjugado com o ponto 6.5. da Orientação n.º 1/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, eventualmente com métodos de consolidação diferenciados).



Nos termos do art.º 75°, n.º 8, do RFALEI, apenas " Os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos (...) definidos para as entidades do setor público administrativo " (ou seja, os previstos na Portaria e Orientação) é que são aplicáveis à consolidação de contas dos municípios, entidades intermunicipais e associativas municipais.

Nos Anexos às Demonstrações Financeiras, será explanado em quadro próprio quais as entidades que não se enquadram dentro do perímetro de consolidação.

Caracterização das entidades incluídas no perímetro da consolidação

Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.,

A empresa municipal Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M., adiante designada Feira Viva, foi constituída em 24 de novembro de 2000, é uma pessoa coletiva pública dotada de personalidade jurídica, registada com o NIF 505 520 151, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, a qual é tutelada pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, única titular da totalidade do capital social.

A missão da Feira Viva enquadra-se na "administração e gestão dos equipamentos desportivos, culturais e sociais, a promoção de atividades de animação desportiva, recreativa e cultural e iniciativas de caráter socioeconómico e científico", segundo os mais elevados padrões de qualidade ao menor custo possível, perspetivando a melhoria contínua dos produtos e serviços, na procura constante de exceder as expetativas dos clientes, elevando a qualidade de vida dos mesmos.



Análise Económica e Financeira Ш.

Balanço Consolidado

O Balanço Consolidado é o mapa contabilístico que retrata a estrutura económicofinanceira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício 2015, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

O Balanço Consolidado no Quadro 1 apresenta devidamente agrupados e classificados, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações, para o biénio 2015/2014, servindo assim, como uma comparação aos elementos financeiros ativos, aos passivos e aos fundos próprios do grupo.

Quadro 1 - Balanço Consolidado

Descrição	2015		2014		Δ 2015/2014 Valor	Δ 2015/2014	
Activo							
Imobilizado	267.893.107,68 €	85,45%	245.476.379,47 €	86,43%	22.416.728,21 €	9,13%	
Circulante							
Existências	352.913,20 €	0,11%	370.483,60 €	0,13%	-17.570,40 €	-4,74%	
Dívidas de terceiros - curto prazo	5.787.936,46 €	1,85%	5.021.236,19 €	1,77%	766.700,27 €	15,27%	
Disponibilidades	18.834.272,62 €	6,01%	11.730.145,49 €	4,13%	7.104.127,13 €	60,56%	
Acréscimos e Diferimentos	20.625.515,11 €	6,58%	21.425.221,66 €	7,54%	-799.706,55 €	-3,73%	
Total do Activo	313.493.745,07 €	100,00%	284.023.466,41 €	100,00%	29.470.278,66 €	10,38%	
Fundos Próprios							
Património	87.040.101,00 €	27,76%	86.931.727,75 €	30,61%	108.373,25 €	0,12%	
Reservas e Ajustamentos	31.410.932,33 €	10,02%	9.124.696,57 €	3,21%	22.286.235,76 €	244,24%	
Resultados transitados	72.449.108,49 €	23,11%	62.579.561,35 €	22,03%	9.869.547,14 €	15,77%	
Resultados Líquidos	11.055.562,82 €	3,53%	10.367.816,19€	3,65%	687.746,63 €	6,63%	
Total Fundos Proprios	201.955.704,64 €	64,42%	169.003.801,86 €	59,50%	32.951.902,78 €	19,50%	
Passivo							
Provisões para Riscos e Encargos	3.896.614,65 €	1,24%	3.038.745,73 €	1,07%	857.868,92 €	28,23%	
Dívidas a terceiros							
Emprestimos	35.146.561,56 €	11,21%	40.019.075,23 €	14,09%	-4.872.513,67 €	-12,18%	
Acordos de Pagamento/FAM	2.058.697,05 €	0,66%	2.470.434,05 €	0,87%	-411.737,00€	-16,67%	
Dívidas a terceiros - curto prazo	8.395.351,22 €	2,68%	10.009.454,67 €	3,52%	-1.614.103,45 €	-16,13%	
Acréscimos e Diferimentos	62.040.815,95 €	19,79%	59.481.954,87 €	20,94%	2.558.861,08 €	4,30%	
Total Passivo	111.538.040,43 €	35,58%	115.019.664,55 €	40,50%	-3.481.624,12 €	-3,03%	
Total dos Fundos Próprios + Passivo	313.493.745,07 €	100,00%	284.023.466,41 €	100,00%	29.470.278,66 €	10,38%	



A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Da análise ao Balanço Consolidado conclui-se que à data de 31 de dezembro de 2015 o total do ativo líquido consolidado atingiu o montante de 313.493.745,07 €, sendo notória a preponderância dos ativos imobilizados, a representar cerca de 85,45% do Ativo Líquido Total. Quando comparado com o Balanço da empresa mãe permite confirmar a contínua influência do Município enquanto entidade consolidante.

A Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira, não integra a consolidação de contas, uma vez que, a sua inclusão é imaterial, em virtude de o peso do balanço não alcançar os 0,05% do valor total do balanço consolidado. Os custos resultantes da sua consolidação relativamente aos benefícios decorrentes é superior em virtude de não existir segurança, não colocando em causa, o princípio da comparabilidade.

De seguida aparece o ativo circulante e os acréscimos e diferimentos, com uma representatividade de 7,97 % e 6,58 %, respetivamente.

O total do passivo do Grupo Municipal ascende a 111.538.040,43 €, assumindo as dívidas a terceiros, o valor de 45.600.609,83 €, cujo maior contributo advém da componente dos empréstimos de médio e longo prazo, com o montante de 35.146.561,56 €.

Os Fundos Próprios consolidados ascendem a 201.955.704,64 €, dos quais 87.040.101,00 € representam o valor do seu património, assumindo cerca de 43,10% do seu total.

Na análise do balanço, atendendo à especificidade dos Ativos e Passivos Municipais, constata-se que o endividamento de médio e longo prazo obteve uma diminuição que ascendeu a 5.284.250,67 € fruto essencialmente das amortizações ordinárias dos empréstimos.

No que concerne à dívida a curto prazo (sem cauções e garantias bancárias), obteve igualmente um comportamento idêntico à divida de médio e longo prazo, a qual diminui em 1.703.129,51 € que corresponde a -19,45%.

Quanto aos acréscimos e diferimentos passivos, obtiveram um aumento de 2.558.861,08 € que respeitam, essencialmente a receita efetivamente arrecadada de



fundos comunitários, correspondendo a um peso no passivo de 55,62% e um peso de 19,79% no total dos Fundos Próprios mais o Passivo.



Gráfico 1 - Estrutura e Evolução do Grupo

Da análise ao balanço a 31 de dezembro de 2015, e se comparado com os valores de 2014, constatamos que:

- O Ativo, apresentou uma evolução favorável, com um crescimento de 10,38%, o qual resultou, sobretudo, de um aumento das disponibilidades em 60,56% e das dívidas de terceiros em 15,27%;
- O Passivo, teve um comportamento inverso ao ativo, com um decréscimo de -3,03%, essencialmente, devido ao comportamento das dívidas, quer de médio e longo prazo, quer das dívidas de curto prazo;
- Os Fundos Próprios aumentaram 19,50%, para o que contribuiu, em especial, o aumento das reservas e ajustamentos em 244,24% seguida do dos resultados transitado em 15,77%.

Em síntese, verifica-se uma continuidade na diminuição no grau de dependência do grupo face aos capitais alheios exigíveis (sem acréscimos e diferimentos) para financiamento do ativo o qual passou de 19,55% para 15,79%.



Ativo

O Gráfico 2, evidencia como o ativo do grupo se encontra distribuído fornecendo uma perspetiva real do peso de cada componente no Ativo Total.

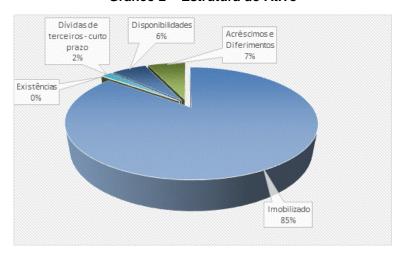


Gráfico 2 - Estrutura do Ativo

Da análise do Balanço do grupo à data de 31 de dezembro de 2015, extrai-se que o ativo líquido total atingiu o montante de 313.493.745,07 €.

A estrutura do ativo, permanece idêntica ao do ano transato, com o imobilizado a deter o maior peso no ativo em 85,45%, seguido dos acréscimos e diferimento em 6,58%.

É de salientar que o aumento do Ativo em 10,38% relativamente ao ano transato se refere essencialmente à transmissão da concessão do Europarque do Estado para o Município durante 50 anos.

Circulante

O ativo circulante, totaliza o montante de 24.975.122,28 €, que representa 7,97% do ativo líquido total, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades.

O Ativo circulante aumentou 45,87% relativamente ao ano transato, aumento este que se traduziu na quantia de 7.853.257,00 €.



Quadro 2 - Ativo Circulante

Circulante	2015	2014	
Existências			
36 Matérias primas, subsidiarias e de consumo	320.377,81 €	338.392,87 €	
32 Mercadorias	32.535,39 €	32.090,73 €	
Dívidas de Terceiros Curto Prazo			
211 Clientes c/c	42.405,34 €	39.545,42 €	
212 Contribuintes c/c	62.536,15 €	3.057,13 €	
213 Utentes c/c	2.987.464,58 €	1.596.448,06 €	
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3.892,09 €	3.892,09 €	
24 Estado e Outros Entes Públicos	14.316,94 €	25.206,66 €	
26 Outros devedores	2.677.321,36 €	3.353.086,83 €	
Depósitos em Inst. Bancárias e Caixa			
11 Caixa	14.317,00€	12.150,99 €	
12 Depósito em instuições financeiras	18.819.955,62€	11.717.994,50 €	
Total	24.975.122,28 €	17.121.865,28 €	

Como se pode constatar no Quadro 2, a rúbrica que obteve um contributo notável no ativo circulante do Grupo Municipal foram as Disponibilidades, constituídas pelos valores em Caixa e Depósitos em Instituições Bancárias, em cerca de 75,41%, correspondendo 99,92% desse valor à empresa mãe.

O montante de 18.834.272,62 € inclui 1.530.952,31 € que corresponde ao saldo de gerência de operações não orçamentais, valores estes que não resultam da atividade do Grupo Municipal, mas sim, valores pertencentes a entidades terceiras, cujo montante se encontra á guarda do Grupo Municipal.

Com efeito, o valor de 17.303.775,11 €, diz respeito á atividade operacional do Grupo Municipal, resultado do balanceamento entre o total da receita orçamental cobrada e o total da despesa orçamental paga durante o exercício económico de 2015.

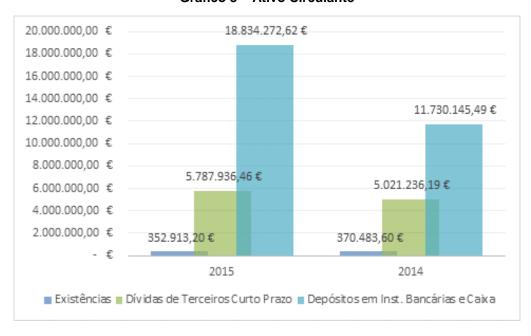
No Quadro 3 demonstra-se a composição do Grupo Municipal na rubrica disponibilidades:



Quadro 3 - Disponibilidades do Grupo Municipal

Recebimentos			Pagamentos			
Saldo da gerência anterior		11.603.443,03 €	Despesas orçamentais		58.457.516,98 €	
Execução orçamental	10.123.424,74 €		Correntes	40.031.384,13 €		
Operações de tesouraria	1.480.018,29 €		Capital	18.426.132,85 €		
Receitas		65.637.412,55€	Operações de Tesouraria		3.310.817,83€	
Correntes	54.949.045,53 €					
Capital	10.687.912,22 €		Saldo para a gerência seguinte		18.834.272,62 €	
Outras	454,80 €					
			Execução orçamental	17.303.320,31 €		
Operações de Tesouraria		3.361.751,85€	Operações de tesouraria	1.530.952,31 €		
Total		80.602.607,43 €	Total		80.602.607,43 €	

Gráfico 3 - Ativo Circulante





Fundos Próprios

Os Fundos Próprios do Grupo Municipal, são constituídos pelo Património, Reservas e Ajustamentos, Resultados Transitados e Resultados Líquidos, sendo o Património o que detém maior peso (43,10%), seguido dos Resultados Transitados (35,87%).

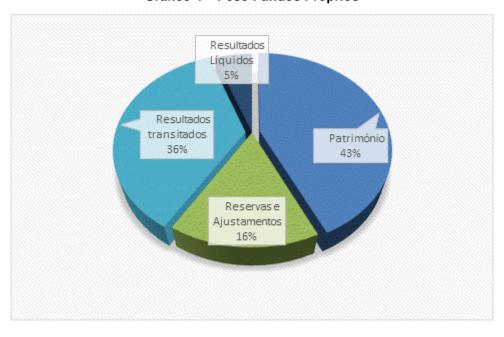


Gráfico 4 - Peso Fundos Próprios

Os Fundos Próprios do Grupo Municipal totalizaram no final de 2015 o valor de 201.955.704,64 €, que corresponde a um aumento face a 2014, em 19,50%.

As componentes que mais contribuíram para este aumento, foram as Reservas e Ajustamentos em 244,24%, seguido dos Resultados Transitados em 15,77%, que corresponderam respetivamente a 22.286.235,76 € e 9.869.547,14 €.

Este aumento deve-se ao registo da concessão do Europarque ao Município de Santa Maria da Feira por 50 anos, cujo valor da concessão se situou em 21.400.000€, bem como dos Resultados Líquidos Apurados no montante de 11.055.562,82 €.

O impacto no aumento dos Fundos Próprios advém essencialmente dos Resultados Transitados e dos Resultados Líquidos gerados pela empresa mãe.

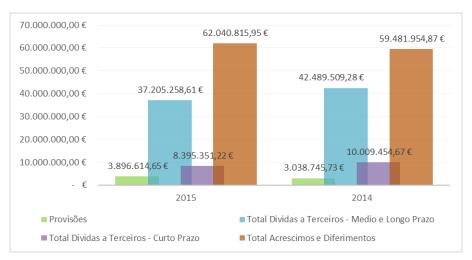


Passivo

Quadro 4 - Estrutura do Passivo

Evolução do Passivo	2015	2014
Provisões	3.896.614,65 €	3.038.745,73 €
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos		
Empréstimos de Médio e longo prazos	35.146.561,56 €	40.019.075,23 €
Acordos de Pagamento/FAM	2.058.697,05 €	2.470.434,05 €
Total Dividas a Terceiros - Medio e Longo Prazo	37.205.258,61 €	42.489.509,28 €
Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
Empréstimos de curto prazo	- €	- €
Empréstimos mlp_amortizações exigiveis a cp	4.690.524,06 €	4.652.066,24 €
Adiantamentos por conta de vendas	293.239,88 €	761.559,88 €
Fornecedores c/c	802.978,17 €	933.736,01 €
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	170.575,28 €	854.314,05 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
Fornecedores de imobilizado c/c	52.832,68 €	83.550,20 €
Fornecedores de imobilizado - Facturas Recep/Confe	7.605,61 €	562.777,22 €
Estado e outros entes públicos	295.021,46 €	416.174,38 €
Administração autárquica	6.063,53 €	8.203,55 €
Outros credores	734.550,33 €	484.138,98 €
Garantias e Cauções	1.341.960,22 €	1.252.934,16 €
Total Dividas a Terceiros - Curto Prazo	8.395.351,22 €	10.009.454,67 €
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	2.476.718,69 €	2.572.827,86 €
Proveitos diferidos	59.564.097,26 €	56.909.127,01 €
Total Acrescimos e Diferimentos	62.040.815,95 €	59.481.954,87 €

Gráfico 5 - Estrutura do Passivo





A análise efetuada atende à informação contida no balanço consolidado, integrando quer as operações orçamentais quer as não orçamentais.

Como é dado observar à data de 31 de dezembro de 2015, o passivo consolidado do Grupo Municipal atingiu o montante de 111.538.040,43 € tendo-se verificado uma diminuição no valor de 3.481.624,12 €, relativamente ao ano de 2014, e que corresponde a -3,03%.

Evolução da dívida Grupo Municipal

Na análise da dívida, será incluída toda a dívida, quer comercial, financeira, as operações de natureza não orçamental, excluindo-se da análise as cauções de garantias bancárias, quer em dinheiro, quer em documentos, por estarem vinculadas a atos futuros e que não dependem da atividade do Município.

O quadro que se encontra abaixo, retrata a evolução da dívida global do grupo para o biénio 2015/2014.

Quadro 5 - Evolução da Dívida Grupo

Descrição da Natureza da Dívida	2015	2014	Δ 2015/2014
Dívida de médio e longo prazo	37.205.258,61 €	42.489.509,28 €	-12,44%
Dívida de curto prazo (sem OT)	7.053.391,00 €	8.756.520,51€	-19,45%
Dívida Total	44.258.649,61 €	51.246.029,79 €	-13,63%





Gráfico 6 - Evolução da Dívida

Da análise do Quadro 5, pode-se constatar que a dívida do grupo atingiu no ano de 2015 o montante global de 44.258.649,61 €, montante este, que reflete um abatimento em relação ao ano transato no montante de 6.987.380,18 €, ou seja, -13,63%.

No que concerne à componente de médio e longo prazo, numa primeira análise, infere um abatimento de 5.284.250,67 €, ou seja, -12,44%. Esta diminuição deve-se exclusivamente às amortizações ordinárias dos empréstimos.

Quanto à componente dívida de curto prazo, registou igualmente uma diminuição relativamente ao ano transato de 1.703.129,51 €, que corresponde a -19,45%.

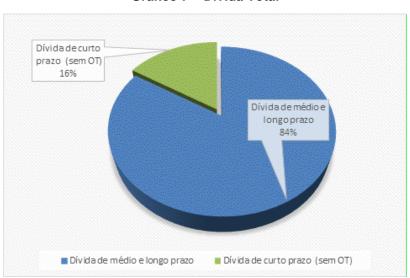


Gráfico 7 - Dívida Total



Dívida de médio e longo prazo

Em 2015, a dívida de médio e longo prazo do Grupo Municipal, obteve uma diminuição que ascendeu a 5.284.250,67€ relativamente ao ano de 2014, perfazendo um total em dívida de 37.205.258,61€, como se pode constatar no Quadro 6:

Quadro 6 – Dívida de Médio e Longo Prazo

Dívida de médio e longo prazo	2015	2014	Δ 2015/2014
Empréstimos bancários	35.146.561,56 €	40.019.075,23 €	-12,18%
FAM	2.058.697,05 €	2.470.434,05 €	-16,67%
Dívida Total	37.205.258,61 €	42.489.509,28 €	-12,44%

Em finais de setembro de 2015, a direção geral da autoridade tributária e aduaneira, remeteu nos termos do artigo 94.º da Lei n. 83-C/2013, de 31 de dezembro, o apuramento do aumento de receita do imposto municipal sobre imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos (AG) constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, que, no caso do Município de Santa Maria da Feira importou numa variação positiva da receita de IMI no montante de 884.321,41€.

O OE para o ano de 2015, determina que, o aumento de receita do IMI, resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constante do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60-A/2011, de 30 de novembro, e da alteração do artigo 49.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, são consignados à utilização numa das seguintes finalidades:

- a) Capitalização do Fundo de Apoio Municipal, previsto na Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto;
- b) Pagamento de dívidas a fornecedores registados no SIIAL a 30 de agosto de 2014;
- c) Redução do endividamento de médio e longo prazo do Município.



O Município não detinha dívidas a fornecedores registados no SIIAL à data de 30 de agosto de 2014, pelo que não é aplicável esta redução, focando-se apenas na redução da dívida de médio e longo prazo.

O Município considerou cumprida a redução do normativo do OE 2015, através das amortizações ordinárias dos empréstimos de médio e longo prazo.

A par desta diminuição encontra-se o pagamento das primeiras tranches referentes ao Fundo de Apoio Municipal que se traduziu no valor de 411.738,00 €.

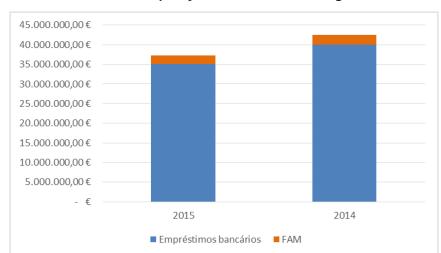


Gráfico 8 - Composição Dívida Médio e Longo Prazo

Dívida de curto prazo

A evolução da dívida de curto para o biénio 2015/2014 encontra-se espelhada no Quadro 7:

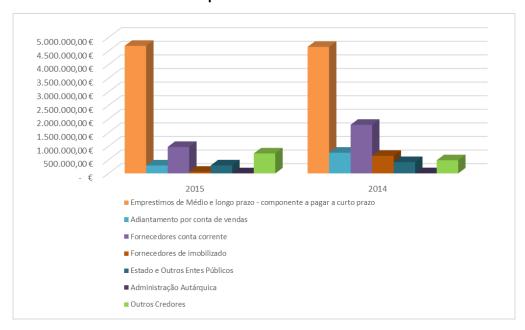


Quadro 7 - Dívida de Curto Prazo

Dívida de Curto Prazo	2015	2014	Δ 2015/2014
Emprestimos de Médio e longo prazo - componente a pagar a curto prazo	4.690.524,06 €	4.652.066,24 €	0,83%
Adiantamento por conta de vendas	293.239,88€	761.559,88€	-61,49%
Fornecedores conta corrente	973.553,45 €	1.788.050,06 €	-45,55%
Fornecedores de imobilizado	60.438,29 €	646.327,42 €	-90,65%
Estado e Outros Entes Públicos	295.021,46 €	416.174,38 €	-29,11%
Administração Autárquica	6.063,53 €	8.203,55 €	-26,09%
Outros Credores	734.550,33 €	484.138,98 €	51,72%
Total	7.053.391,00 €	8.756.520,51 €	-19,45%

A 31 de dezembro de 2015, e expurgando o montante das garantias bancárias (Operações de Tesouraria), o valor da dívida a curto prazo fixou-se em 7.053.391,00 €. Em termos globais, o volume da componente da dívida de curto prazo, diminuiu de 2014 para 2015, em 1.703.129,51 €, que corresponde, a -19,45 %.

Gráfico 9 - Componente da Dívida de Curto Prazo





III. Demonstração de Resultados Consolidados

A Demonstração de Resultados adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) do grupo durante o ano de 2015.

Quadro 8 - Demonstração de Resultados Consolidados

Código das		Exercícios			
Contas	Descrição	2015		2014	
61	Custos e perdas Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
-	Mercadorias	46.251,67 €		17.369,02€	
	Matérias	1.425.010,07 €	1.471.261,74 €	1.259.200,78 €	1.276.569,80 €
62	Fornecimentos e serviços externos:		18.372.598,53 €		17.786.544,65 €
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	11.768.811,45 €		11.917.732,36 €	
643 a 648	Encargos sociais	3.313.248,41 €	15.082.059,86 €	3.530.316,65 €	15.448.049,01 €
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		2.355.981,99€		2.291.502,27€
66	Amortizações do exercício		7.789.429,17 €		6.952.232,69€
67	Provisões do exercício		1.775.595,35 €		2.779.638,42€
65	Outros custos operacionais	_	265.068,56 €	_	228.258,23 €
	(A)		47.111.995,20 €	_	46.762.795,07 €
68	Custos e perdas financeiros	_	561.508,39€	_	831.213,54 €
	(C)		47.673.503,59 €		47.594.008,61 €
69	Custos e perdas extraordinários	_	2.598.734,39€	_	1.796.400,88 €
	(E)		50.272.237,98 €		49.390.409,49€
88	Resultado líquido do exercício		11.055.562,82€		10.367.816,19€
	(X)		61.327.800,80 €		59.758.225,68 €
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias				
7112+7113	Venda de produtos	47.348,31 €		25.557,17€	
	(B)	- €	-	- 60,99€	
712	Prestações de serviços	10.714.280,95 €	10.761.629,26 €	11.222.813,74 €	11.248.309,92 €
			10.761.629,26 €		11.248.309,92 €
72	Impostos e taxas	26.316.619,80 €		23.867.088,27 €	
(a)	Variação da produção	- €		- €	
75	Trabalhos para a própria entidade	985.416,62 €		342.151,30 €	
73	Proveitos suplementares	679,32 €		125.100,82 €	
74	Transferências e subsídios obtidos	19.688.020,94 €		21.545.232,52€	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	45.771,02€	47.036.507,70 €	- 1.834.890,88 €	44.044.682,03€
	(B)		57.798.136,96 €		55.292.991,95€
78	Proveitos e ganhos financeiros	_	165.335,89 €	_	182.819,14 €
	(D)		57.963.472,85€		55.475.811,09€
79	Proveitos extraordinários	_	3.364.327,95 €	_	4.282.414,59€
	(F)		61.327.800,80 €		59.758.225,68 €
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		10.686.141,76 €		8.530.196,88€
	Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)		396.172,50 €		648.394,40 €
	Resultados Correntes: (D-B) - (C-A)]	10.289.969,26 €	-	7.881.802,48 €
	, ,		11.055.562,82 €		10.367.816,19 €
	Resultados Líquido do Exercício: (F-E)		11.000.002,02€		10.307.010,19€



Quadro 9 - Estrutura dos Custos/Proveitos

Estrutura dos Cus	stos	
	2015	2014
Materias primas e subsidiarias	2,83%	2,58%
Fornecimentos e serviços	36,55%	36,01%
Transferências e subsidios	4,69%	4,64%
Pessoal	30,00%	31,28%
Amortizações	15,49%	14,08%
Outros custos operacionais	0,53%	0,46%
Custos extraordinários	5,17%	3,64%
Provisoes	3,53%	5,63%

Estrutura dos Proveitos					
	2015	2014			
Vendas e prestações serviços	17,55%	18,82%			
Impostos e taxas	0,00%	0,00%			
Transferências e subsidios	0,00%	0,00%			
Proveitos suplementares	0,00%	0,00%			
Outros proveitos e ganhos	76,70%	73,70%			
Proveitos e ganhos financeiros	0,27%	0,31%			
Proveitos extraordinarios	5,49%	7,17%			

Após a análise a nível global, verifica-se que os resultados foram claramente positivos em comparação com os do ano transato, devido essencialmente, ao aumento das receitas que relativamente ao ano anterior obtiveram um acréscimo de 1.569.575,12 €.

Os proveitos globais gerados foram de 61.327.800,80 € enquanto os custos totais totalizaram 50.272.237,98 €, gerando um Resultado Líquido do Exercício de 11.055.562,82 €.



IV. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

O Município do Santa Maria da Feira apresenta demonstrações financeiras consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2015.

A obrigatoriedade de consolidar decorre do artigo 75.º da Nova Lei das Finanças Locais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o qual estipula quais as entidades que devem fazer parte do perímetro de consolidação, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos, e o mapa da dívida bruta consolidada, desagregado por maturidade e natureza.

Considerando que a consolidação de contas deve permitir proceder à comparação da informação numa perspetiva intemporal, bem como com outros sectores e com outras jurisdições, foi publicada a Portaria n.º 474/2010 de 1 de julho que aprova a orientação n.º 1/2011 "Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo" obrigatoriamente aplicável ao Município do Santa Maria da Feira.

De acordo com a mesma Portaria, sem prejuízo dos princípios contabilísticos legalmente estabelecidos no POCP e planos setoriais, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas das administrações públicas que compõem o setor público administrativo devem pautar-se, em especial, pelo conjunto de princípios aplicados pela entidade mãe, o qual deve assegurar, designadamente, a relevância e materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a comparabilidade espacial e temporal e a representação fidedigna da informação nela contida.

As entidades incluídas no perímetro de consolidação devem converter os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público, de forma a garantir a homogeneização da informação previamente à aplicação de qualquer dos métodos de consolidação.

Todos os valores são apresentados em euros.



1. Informações relativas às entidades no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

Entidades incluídas no perímetro de consolidação

- Entidade mãe

Empresa Mãe	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	N.º Trabalhadores
Municipio de Santa Maria da Feira	501.157.280	Praça da República, Santa Maria da Feira	O Município de Santa Maria da Feira é um autarquia local cujas atividades são direcionadas à concretização das atribuições que lhe são legalmente conferidas pela Lei 159/99, de 14 de setembro, através do exercício das competências descritas na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as respetivas alterações, nomeadamente a Lei 75/2013, de 12 de setembro	781

- Entidades incluídas no perímetro de consolidação

				Motivo de Inclusão			
Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	Detenção	de capital	N.º Trabalhadores	Observ.
				Direto	Indireto		
Feira Vivo, Cultura e Desporto, E.M.,	505.520.151	Centro de Negócios do Cavacc Rua Comendador António Martins Soares Leite Apartado 160 Santa Maria da Feira	Administração e gestão dos equipamentos desportivos, culturais e sociais, a promoção de atividades de animação desportiva, recreativa e cultural e iniclativas de caráter socioeconómico e científico, segundo os mais elevados padrões de qualidade ao menor custo possíve, perspetivando a melhoria contínua dos produtos e serviços, na procura constante de exceder as expetativas dos clientes, elevando a qualidade de vida dos mesmos.	100%		74	Método Integral
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, S.A.	504.134.353	Rua dos Descobrimentos, nº12 r/c, esq. Santa Maria da Feira	Promoção e assunção de estratégia de desenvolvimento turistico do concelho de Santa Maria da Feira bem como gerir recursos e equipamentos de ambito turistico, nomeadamente a exploração de água mineral e atividade termal.	50%		7	M.E.P.
Energaia-Agencia de Energia do Sul da àrea Metropolitana do Porto	504.454.536	Vila Nova Gaia	Contribuir para a sustentablidade e competitividade dos territórios aumentando assim a qualidade de vida dos seus cidadãos.	20%		5	M.E.P.



Entidades excluídas do perímetro de consolidação

Entidades participadas	NIPC	Sede Social	Atividade Principal	Participação detida	Motivo de exclusão
Suldouro, Valorização e Tratamento de Residuos Sólidos Urbanos, S.A	503.698.812	Aterro sanitário de Vila Nova de Gaia e Santa Maria da Feira Rua Conde Barão Sermonde	Tratamento e valorização dos Residuos Urbanos do sistema multimunicipal do Sul do Douro, abrangendo os concelhos de Vila Nova Gaia e Santa Maria da Feira	15,00%	Não detém controlo
Feira Park-Parque de ciencia e tecnologia, S.A	508.272.378	Europarque Santa Maria da Feira	Construção Gestão e exploração do Parque da ciencia e tecnologia de Ssnta Maria da Feira	11,90%	Não detém controlo
Fundação "Terras Santa Maria"	502.556.773	Rua António Castro Corte Real	O Isvouga consiste numa instituição de ensino superior, particular de natureza politécnica que através do leque de cursos que disponibiliza e da investigação que promove, se propõe contribuir relevantemente para o desenvolvimento económico e social da região em que se integra.	10,00%	Não detém controlo
ADCL-Águas do Centro Litoral, SA	513.606.181	ETA da Boavista_ Av. Dr. Luis Albuquerque 3030-410 Coimbra	Exploração e Gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e do Saneamento	1,74%	Não detém controlo
Águas do Norte, S.A.	513.606.084		Captação, tratamento, distribuição de água para consumo humano, recolha, tratamento e rejeição de efluentes, do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Norte de Portugal	0,32%	Não detém controlo
PRIMUS – Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, S.A.	502.823.305	Avenida dos Aliados, n.º 236, 4.º esq. 4000-065 Porto	Agência de Desenvolvimento Regional	0,06%	Não detém controlo
GAMP_Grande Área Metropolitana do Porto	502.823.305	Avenida dos Aliados, n.º 236, 1º 4000-065 Porto	Promover a intensificação tecnológica da base produtiva regional; Assegurar sustentadamente a competitividade regional; Promover a inclusão social e territorial.	Participação nas despesas de funcionamento	Não detém controlo
Associção de Municipios Terras Santa Maria	501.651.888	Edifício Villa Balbina Lugar do Parrinho 3700-189 S. João da Madeira	Planeamento, elaboração projectos, financiamento e execução, manutenção de atividades relacionadas com a articulação dos investimentos municipais e interesse intermunicipal	Participação nas despesas de funcionamento	Não detém controlo
ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Terras de Santa Maria	508.225.736	Centro Civico Justino Portal, 1º Andar Largo Justino Portal Cesar 3700-616 Oliveira de Azeméis	Dinamização das Zonas Rurais, Diversificação da Economia e Criação de Emprego, Melhoria da Qualidade de Vida	Quota	Não detém controlo
Retecork	G 17994765	Espanha	Fomentar el desarrollo local de los territorios, corcheros y la sensibilización sobre la importancia y singularidad de supatrimonio natural y cultural mediante la valorización turística.	Quota	Não detém controlo
Turismo Porto e Norte, ER	508.905.435	Castelo Santiago da Barra 4900-360 Viana do Castelo	Gestão e promoção turística da área Regional de Turismo do Norte	Quota	Não detém controlo
Associação Orquestra e Banda Sinfónica de Jovens de Santa Maria da Feira a)	506.536.130	Praça da Republica, AP - 133, Santa Maria da Feira	Promoção, gestão e manutenção de formações musicais que vierem a ser criadas no âmbito das suas atividades; a programação, organização e promoção do ensino e prática da música; estimular e divulgar a criação artística musical, em todas as suas expressões; apoiar novos artistas; apostar na formação de novos públicos; contribuir para a divulgação do Concelho de Santa Maria da Feira; promover a animação musical do município como elemento essencial do seu desenvolvimento turístico e social e fomentar o intercâmbio a nível nacional e	-	Excluída pela sua irrelevância
Associação Nacional de Municipios Portugueses	501.627.413	Av. Marnoco e Sousa 52 3004 511 COIMBRA	Promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local	Quota	Não detém controlo



Número médio de trabalhadores ao serviço

O número de trabalhadores das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 867 em 2015.

2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

 a) Descrição dos casos em que a aplicação das normas de consolidação não seja suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas deem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação;

Considerando o perímetro de consolidação definido pela Nova Lei das Finanças Locais, as Demonstrações Financeiras Consolidadas devem apresentar uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados do conjunto das entidades incluídas na consolidação, de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tendo por base as demonstrações financeiras individuais da entidade consolidante e entidades participadas e consolidadas relativamente ao exercício económico de 2015.

Foi derrogada parte da norma de homogeneização dos procedimentos do cálculo das amortizações, sendo que a entidades do SEL realizaram as amortizações de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009 sendo o gasto de depreciação imputado numa base sistemática durante a vida útil de cada bem, enquanto, o Município de Santa Maria da Feira realizou com base no CIBE;

- b) Identificação das situações relacionadas com o afastamento da aplicação das normas de consolidação efetuadas para se obter a necessária imagem verdadeira e apropriada, com indicação das respetivas razões e dos seus efeitos no balanço e na demonstração de resultados consolidados. Não aplicável.
- c) Indicação das alterações ocorridas no decurso do exercício na composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de



consolidação com fundamentação do facto de se tratar ou não de uma alteração significativa.

Não aplicável.

3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

 a) Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

Extra contabilisticamente foram efetuados aumentos e diminuições nas rubricas de Demonstrações Financeiras, tendo em vista:

- i) A eliminação das Participações Financeiras e sua substituição pelos Ativos e Passivos das entidades participadas;
- ii) A eliminação de transações reciprocas entre entidades incluídas no perímetro de consolidação;
- iii) E eliminação dos saldo entre as mesmas entidades.

Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Fliming of a declaration and a financial state of the second state	51	564.488,43 €	41.1	942.230,83 €
Eliminação dos Investimentos Financeiros relativamente à participação financeira no Feira Viva	53	377.742,40 €		·
	33	377.742,40 €		
Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação dos subsidios atribuídos no exercicio à Feira Viva	75	1.752.600,00€	63	1.752.600,00 €
Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Eliminação da faturação entre Municipio e Feira Viva	72	540,00€	62	540,00 €
	I .			I.
Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação de saldo da Conta corrente Município	72	240,00€	21	240,00 €
	ı			
Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
	42.1	498,81 €	59	121.598,48 €
	42.2	121.099,67 €	33	121.556,46 €
	59	1.515.010,73 €	42.1	574.410,73 €
Eliminação do registo do terreno e do equipamento do Pavilhão da Lavandeira e consequente eliminação das amortizações		1.515.016,75 0	42.2	940.600,00 €
	48.2	18.812,00€	66	18.812,00 €
	10.2	10.012,00 0		10.012,000
	66	1.513,75 €	48.2	1.513,75 €
	59	65.091,07€	48.2	65.091,07 €
	48.2	56.436,00€	59	56.436,00 €
Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação efeitos MEP do exercício 2015	41.1	201.052,83 €	59	201.052,83 €
	78	56.771,79€	41.1	56.771,79 €
Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação efeitos MEP dos exercícios anteriores	59	328.658,26 €	41.1	328.658,26 €
Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação do proveito referente ao subsidios ao investimento (anos anteriores)	79	37.742,86 €	27.4	37.742,86 €
Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação do valor bruto do subsídio (antes de impostos				
diferidos)	27.4	214.478,50 €	59	214.478,50 €
	<u> </u>			<u> </u>
Descrição	Conta Débito	Valor	Conta Crédito	Valor
Anulação do reconhecimento acumulado em exercícios	59	39,98€	27.4	39,98 €
anteriores (Feira Viva):		33,30 €	27	33,30 €



No âmbito da consolidação, não se procedeu ao apuramento de "Badwill" ou de "Goodwill", em virtude de o Município participar na sua empresa municipal desde a sua constituição.

Assim, entre o Município de Santa Maria da Feira e a empresa municipal Feira Viva o valor da anulação da participação financeira totaliza o montante de 942.230,83 €, conforme mapa elucidativo.

- b) Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeiras e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação; Não aplicável.
- c) Situação em que foi utilizada a faculdade prevista no ponto iv) da alínea a) do item 4.5.4.1. das instruções do SATAPOCAL, se o seu efeito sobre o património, a situação financeira e os resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação for materialmente relevante;

Todas as operações reciprocas entre entidades pertencentes ao perímetro de consolidação foram eliminadas, não se aplicando o motivo de desproporcionalidade dos custos para justificar eventuais não eliminações.

- d) Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de uma entidade incluída no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado; Não aplicável.
- e) Informações que tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no de curso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.



- f) Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados na consolidação, juntamente com as razões que o determinaram; Não aplicável.
- g) Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a faculdade prevista na alínea b) do item 4.5.2.2 das instruções, bem como das razões que justificaram a sua utilização; Não aplicável.
- h) Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participadas em entidades de natureza empresarial;

As contabilizações das participações financeiras estão mensuradas ao custo de aquisição.

4. Informações relativas ao endividamento de médio longo prazo

 a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo (art. 46º, nº1, da LFL), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Dívidas a terceiros de médio e longo prazo do Grupo Municipal	Municipio de Santa Maria da Feira	Feira Viva, E.M.	Orquestra	Total Grupo Municipal
Empréstimos obtidos (A pagar a médio e longo prazo)	35.146.561,56 €	- €	- €	35.146.561,56 €
Empréstimos obtidos (A pagar a curto prazo)	4.690.524,06 €	- €	- €	4.690.524,06 €
Fundo de Apoio Municipal - FAM (A pagar a médio e longo prazo)	2.058.695,05 €	- €	- €	2.058.695,05 €
Fundo de Apoio Municipal - FAM (A pagar a curto prazo)	411.739,00€	- €	- €	411.739,00 €
TOTAL	42.307.519,67 €	0,00 €	0,00 €	42.307.519,67 €



b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial.

23.1.2.1.1 End 23.1.2.1.1.08 End 23.1.2.1.1.09 End 23.1.2.1.1.11 End 23.1.2.1.1.19 End 23.1.2.1.1.20 End 23.1.2.1.1.21 End 23.1.2.1.1.22 End 23.1.2.1.1.23 End 23.1.2.1.1.24 End	Descrição da despesa **Município de Santa Maria da Feira **mpréstimo GGD **mprestimo 0306/002795/891 **mprestimo 0306/002788/291 **mprestimo 0306/002803/291 **mprestimo 0306/002884/991 **mprestimo 0306/002885/791 **mprestimo 0306/002881/191 **mprestimo 0306/002891/191 **mprestimo 0306/002891/191 **mprestimo 0306/002891/191 **mprestimo 0306/002891/191	Capital em divida em 31/12/2015 110.176,02 431.568,65 164.383,89 344.882,42 1.037.769,08 1559,622,96 1559,622,96	43.087,39 € 16.411,92 €	1 a 4 anos 48.897,04 € 172.349,56 € 65.647,68 €	Mais de 4 anos 49.054,72 € 216.131,70 €
23.1.2.1.1 End 23.1.2.1.1.08 End 23.1.2.1.1.09 End 23.1.2.1.1.11 End 23.1.2.1.1.19 End 23.1.2.1.1.20 End 23.1.2.1.1.21 End 23.1.2.1.1.22 End 23.1.2.1.1.23 End 23.1.2.1.1.24 End	mpréstimos CGD mprestimo 0306/002795/891 mprestimo 0306/002788/291 mprestimo 0306/002803/291 mprestimo 0306/002884/991 mprestimo 0306/002884/991 mprestimo 0306/002887/91 mprestimo 0306/002891/191	431.568,65 € 164.383,89 € 344.882,42 € 1.037.769,08 €	43.087,39 € 16.411,92 €	172.349,56 €	
23.1.2.1.1.08 En 23.1.2.1.1.109 En 23.1.2.1.1.11 En 23.1.2.1.1.11 En 23.1.2.1.1.12 En 23.1.2.1.1.21 En 23.1.2.1.1.21 En 23.1.2.1.1.22 En 23.1.2.1.1.23 En 23.1.2.1.1.24 En	mprestimo 0306/002795/891 mprestimo 0306/002798/291 mprestimo 0306/002803/291 mprestimo 0306/002884/991 mprestimo 0306/002884/991 mprestimo 0306/002885/791 mprestimo 0306/002891/191	431.568,65 € 164.383,89 € 344.882,42 € 1.037.769,08 €	43.087,39 € 16.411,92 €	172.349,56 €	
23.1.2.1.1.09 En 23.1.2.1.1.11 En 23.1.2.1.1.19 En 23.1.2.1.1.12 En 23.1.2.1.1.22 En 23.1.2.1.1.22 En 23.1.2.1.1.23 En 23.1.2.1.1.24 En 23.1.2.1.1.24 En 23.1.2.1.1.24 En 23.1.2.1.1.24 En 23.1.2.1.1.24 En 23.1.2.1.1.24	mprestimo 0306/002798/291 mprestimo 0306/002803/291 mprestimo 0305/003024/991 mprestimo 0306/002884/991 mprestimo 0306/002885/791 mprestimo 0306/002891/191	431.568,65 € 164.383,89 € 344.882,42 € 1.037.769,08 €	43.087,39 € 16.411,92 €	172.349,56 €	
23.1.2.1.111 En 23.1.2.1.1.19 En 23.1.2.1.1.20 En 23.1.2.1.1.21 En 23.1.2.1.1.22 En 23.1.2.1.1.23 En 23.1.2.1.1.24 En	mprestimo 0306/002803/291 mprestimo 9015/003024/991 mprestimo 0306/002884/991 mprestimo 0306/002885/791 mprestimo 0306/002891/191	164.383,89 € 344.882,42 € 1.037.769,08 €	16.411,92€		216.131,70 €
23.1.2.1.1.19 En 23.1.2.1.1.20 En 23.1.2.1.1.21 En 23.1.2.1.1.22 En 23.1.2.1.1.23 En 23.1.2.1.1.24 En	mprestimo 9015/003024/991 mprestimo 0306/002884/991 mprestimo 0306/002885/791 mprestimo 0306/002891/191	344.882,42 € 1.037.769,08 €		65 647 68 €	
23.1.2.1.1.20 En 23.1.2.1.1.21 En 23.1.2.1.1.22 En 23.1.2.1.1.23 En 23.1.2.1.1.24 En	mprestimo 0306/002884/991 mprestimo 0306/002885/791 mprestimo 0306/002891/191	1.037.769,08	28.189,91 €	03.047,00 €	82.324,29 €
23.1.2.1.1.21 En 23.1.2.1.1.22 En 23.1.2.1.1.23 En 23.1.2.1.1.24 En	mprestimo 0306/002885/791 mprestimo 0306/002891/191			112.759,64 €	203.932,87 €
23.1.2.1.1.22 En 23.1.2.1.1.23 En 23.1.2.1.1.24 En	mprestimo 0306/002891/191	1.559.622,96 €	97.984,69 €	391.938,76 €	547.845,63
23.1.2.1.1.23 En 23.1.2.1.1.24 En			147.257,38 €	589.029,52 €	823.336,06 (
23.1.2.1.1.24 En	mprestimo 0306/002892/991	1.309.331,82 (122.114,28 €	488.457,12 €	698.760,42
		1.185.058,96 (106.771,91 €	427.087,64 €	651.199,41
23.1.2.1.1.25 En	mprestimo 0306/002893/891	622.287,52 @	56.067,11 €	224.268,44 €	341.951,97
	mprestimo 9015/0002413/391	470.624,55 @	77.919,20 €	311.676,80 €	81.028,55 (
23.1.2.1.1.26 En	mprestimo 901/0002414/191	797.900,35 €	131.231,71 €	524.926,84 €	141.741,80 €
	mprestimo 0306/0002894/691	908.882,21 €		299.960,04 €	533.932,16 €
	mprestimo 0306/0002883/091	104.967,18 €		52.594,08 €	0,00 €
	mprestimo 9015/004015/591	1.025.540,60 €		451.082,44 €	461.687,55 (
	mprestimo 9015/004430/491	1.132.638,15 (464.719,04 €	551.739,35 (
	mprestimo 9140/0013641/991	65.720,10 €	,	26.288,04 €	32.860,05
	mprestimo 9140/0013644/391	98.723,53 €		39.489,44 €	49.361,73 (
	mprestimo 9140/0013471/891	40.965,30 €		16.386,12 €	20.482,65 (
	mprestimo 9140/0013474/291	43.984,90 €		17.594,00 €	21.992,40
	mprestimo 9015/004943/891	1.607.325,02 €		597.746,68 €	860.141,67
	mprestimo 9015/005386/991	129.615,93 (45.083,80 €	73.261,18
	mprestimo 9015/005385/091	87.435,07 €		30.412,20 €	49.419,82
	mprestimo 9015/005384/291	80.968,52 €		28.162,96 €	45.764,82
	mprestimo 9015/005383/491	265.357,88 €		92.298,40 €	149.984,88
23.1.2.1.1.41 En	mprestimo 9015/005579/991	133.969,76 €	11.126,13 €	44.504,52 €	78.339,11 €
	mpréstimos BPI				
	mprestimo 1597861-165/001/0666	130.793,91 (47.509,68 €	71.406,81
	mprestimo 1597861-165/002/0666	227.544,66 €		82.653,56 €	124.227,71 (
	mprestimo 001597861830008	5.351.409,79 €		1.517.574,32 €	3.454.441,89 (
	mprestimo 1597861.830.09-CentrEscolArraial-Sangue	87.026,61 €		23.038,80 €	58.228,11 (
	mprestimo 1597861.830.10-CentroEscolarLouredo	100.677,85 €		26.652,76 €	67.361,90
	mprestimo 1597861.830.11-CentroEscolarMosteiro	191.970,47 (44.800,00 €	135.970,47 (
	mprestimo 1597861.830.12-CentroEscolarIgreja-LOBAO	136.522,07 (33.600,00 €	94.522,07 (
	mprestimo 1597861.830.14-CentroEscolarSouto-Nogueira	112.630,72 €		26.400,00 €	79.630,72 (
23.1.2.1.3.11 En	mprestimo 1597861.830.15-CentroEscolarSDomingos-ARGONCILHE	58.021,89 €	3.480,00 €	13.920,00 €	40.621,89 €
	mpréstimos Novo Banco				
	mprestimo 503013262102	44.261,88 €		29.507,84 €	7.377,08
	mprestimo 503013262706	16.660,26 €		11.106,88 €	2.776,66
	mprestimo 503013262218	20.625,40 €		13.750,16 €	3.437,70
	mprestimo 503013262307	13.763,83 €		9.175,84 €	2.294,03
	mprestimo 503013262900	25.247,64 €		16.831,76 €	4.207,94
	mprestimo 503013262609	33.130,12 €		22.213,76 €	5.362,92
	mprestime 503013262404	17.532,80 €		11.688,48 €	2.922,20 (
	mprestimo 503013262803	50.765,42 € 34.453,62 €		31.240,16 €	11.715,22 (
	mprestimo 503013262501 mprestimo 50302382018	34.453,62 €		7.799,68 €	28.054,66 € 6.701,26 €
	mprestimo 50302382018 mprestimo 503023082107	23.454,46 €		20.613,20 €	
	mprestimo 503023082107 mprestimo 503023082204	61.324,33 €		35.042,40 €	10.306,59 (17.521,33 (
	mprestimo 503023082301 mprestimo 503023082409	28.999,30 € 71.406,14 €		16.570,96 € 35.703,12 €	8.285,60 (26.777,24 (
	mprestimo 503023082409 mprestimo 503023082506	57.369,10 €		28.684,48 €	21.513,50

COD. CONTA	Descrição da despesa	Capital em dívida em	Exigibilidade dos Passivos			
0001001174	e con que da despesa	31/12/2015	Menos de 1 ano (2016)	1 a 4 anos	Mais de 4 anos	
23.1.2.1.5.	Empréstimos Millenium/BCP					
23.1.2.1.5.01	Emprestimo 53735101	29.365,19 @	4.195,02 €	16.780,08 €	8.390,09	
23.1.2.1.5.02	Emprestimo 53752561	68.802,03 €	9.828,84 €	39.315,36 €	19.657,83	
23.1.2.1.5.03	Emprestimo 53746741	4.403,27 €	629,04 €	2.516,16 €	1.258,07	
23.1.2.1.5.04	Emprestimo 53750621	55.842,32 €	7.977,46 €	31.909,84 €	15.955,02	
23.1.2.1.5.05	Emprestimo 53748681	5.804,67 €	829,26 €	3.317,04 €	1.658,37	
23.1.2.1.6	Empréstimos SantanderTotta					
23.1.2.1.6.01	Emprestimo 301299006096	59.723,75 €	5.972,36 €	23.889,44 €	29.861,95	
23.1.2.1.6.02	Emprestimo 301298941096	63.905,13 €	6.390,50 €	25.562,00 €	31.952,63	
23.1.2.1.6.03	Emprestimo 301876001096	61.667,95 €	5.873,14 €	23.492,56 €	32.302,25	
23.1.2.1.6.04	Emprestimo 301876282096	14.982,07 €	1.426,86 €	5.707,44 €	7.847,77	
23.1.2.1.6.05	Emprestimo 02849973096	2.433.326,92	221.211,54 €	884.846,16 €	1.327.269,22	
23.1.2.1.6.06	Empréstimo 02858149096	108.902,80 €	9.469,80 €	37.879,20 €	61.553,80	
23.1.2.1.6.07	Emprestimo 0003/03203576096	256.111,83 €	22.270,58 €	89.082,32 €	144.758,93	
23.1.2.1.6.08	Emprestimo n. 0003/03203519096	332.373,91 €	28.902,08 €	115.608,32 €	187.863,51	
23.1.2.1.6.09	Emprestimo 30091508501	216.161,06 €	33.255,56 €	133.022,24 €	49.883,26	
23.1.2.1.6.10	Emprestimo 30091178501	63.302,88 €	9.738,88 €	38.955,52 €	14.608,48	
23.1.2.1.6.11	Emprestimo 30091163501	288.018,56 €	44.310,56 €	177.242,24 €	66.465,76	
23.1.2.1.6.12	Emprestimo 30091091501	72.222,12 (11.111,12 €	44.444,48 €	16.666,52	
23.1.2.1.6.13	Emprestimo 30091087501	209.588,94 €	32.244,44 €	128.977,76 €	48.366,74	
23.1.2.1.6.14	Emprestimo 30091072501	73.883,18 €	11.366,68 €	45.466,72 €	17.049,78	
23.1.2.1.6.15	Emprestimo (Fechos de redes em varias fregs conc.	51.719,93 (13.047,12 €	38.672,81 €	0,00	
23.1.2.1.6.16	Emprestimo (Complexo desportivo ampl.da pisc.fiaes	75.327,95 @	19.002,60 €	56.325,35 €	0,00	
23.1.2.1.6.17	Emprestimo-Requalificação Urbana Conc.SMF 2ªFase	36.239,92 €	9.142,08 €	27.097,84 €	0,00	
23.1.2.1.6.18	Emprestimo-Zona Ind.Romariz, SMF	97.524,20 €	24.601,84 €	72.922,36 €	0,00	
23.1.2.1.6.19	Emprestimo-Eliminação Pont.conf.vias munic.3ªFase	30.180,45 €	7.613,40 €	22.567,05 €	0,00	
23.1.2.1.6.20	Emprestimo-Recup./Amp. Esc.Primaria do Concelho	50.319,15 (12.693,80 €	37.625,35 €	0,00	
23.1.2.1.6.21	Emprestimo-Remod.e Amp.Edif.Termas Caldas S.Jorge	191.546,21 (48.320,40 €	143.225,81 €	0,00	
23.1.2.1.6.22	Emprestimo 30055267096	18.055,76 €	2.777,76 €	11.111,04 €	4.166,96	
23.1.2.1.6.23	Emprestimo 30055275096	65.000,00 €	10.000,00 €	40.000,00 €	15.000,00	
23.1.2.1.6.24	Emprestimo 30055283096	21.666,82 €	3.333,32 €	13.333,28 €	5.000,22	
23.1.2.1.6.25	Emprestimo 30055291096	55.434,32 €	8.528,32 €	34.113,28 €	12.792,72	
23.1.2.1.6.26	Emprestimo 304480736096	164.876,28 €	13.739,68 €	54.958,72 €	96.177,88	
23.1.2.3.4	Direcção Geral do Tesouro					
23.1.2.3.4.01	Emprestimo "Programa pagar a tempo e horas	1.200.000,00 €		720.000,00 €	0,00	
23.1.2.3.4.02	Emp."Regularização Extraordinária Divida Estado" 1	2.240.000,00 €	640.000,00 €	1.600.000,00 €	0,00	
23.1.2.3.4.03	PAEL - Programa de Apoio à Economia Local	9.899.965,82 €	899.996,30 €	3.599.985,20 €	5.399.984,32	
23.1.2.3.5.	Banco Europeu de Investimento					
23.1.2.3.5.01	Concepçao/Construção Pav.DespFiaes-POVT-15-0353-FEDER-000128	467.245,10 €		257.899,52 €	144.870,70	
23.1.2.3.5.02	Centro Criação Teatro e Artes Rua-Norte-08-0369-FEDER-000013	62.229,40 €	6.313,96 €	25.255,84 €	30.659,60	
	Fundo de Apoio Municipal - FAM	2.470.434,05 €	411.739,00 €	1.646.956,00 €	411.739,05 €	
	Eeim Viva E. M.	- €	- €	- €	- 6	
	TOTAL	42,307,519,67 €	5.102.263.06 €	17.952.905.53 €	19.255.701.72	



5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

a) Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais

	Município	Empresa Municipal Feira Viva EM	TOTAL
	31-dez-15 31-dez-15		31-dez-15
RECEBIMENTOS			
Saldo inicial	10.078.465,14	44.959,60	10.123.424,74
Receitas orçamentais	58.929.936,85	6.707.475,70	65.637.412,55
Corrrentes	52.034.174,83	2.914.870,70	54.949.045,53
Capital	6.895.307,22	3.792.605,00	10.687.912,22
Outras	454,80	0,00	454,80
PAGAMENTOS			
Despesas orçamentais	51.719.491,22	6.738.025,76	58.457.516,98
Corrrentes	35.431.723,46	4.599.660,67	40.031.384,13
Capital	16.287.767,76	2.138.365,09	18.426.132,85
Saldo final	17.288.910,77	14.409,54	17.303.320,31

6. Informações relativas a compromissos

a) Montante global dos compromissos financeiros que não figurem no balanço consolidado, no caso em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira do conjunto das entidades compreendidas no perímetro de consolidação, incluindo, relativamente às entidades que adotem o POCAL, a discriminação, por agrupamento económico, dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos futuros.



Classificação Económica	Descrição	Exercicios futuro
	DESPESAS CORRENTES	21.504.505,55
01	Despesas com Pessoal	119.713,03
0102	Abonos Variaveis ou Eventuais	26.804,26
010204	Ajudas de Custo	1.700,00
010213	Outros Suplementos e Prémios	25.104,26
01021301 0103	Outros Suplementos e Prémios	25.104,26
0103	Segurança Social Encargos com a Saúde	92.908,77 2.000,00
010301	Contribuições para a Segurança Social	90.908,77
010305	Segurança Social - Funcionários Públicos	90.908,77
01030502	Segurança Social - Regime Geral	90.908,77
0103030202 0 2	Aquisição de Bens e Serviços	13.465.114,08
0201	Aquisição de Bens Aquisição de Bens	1.999.696,01
0201	Matérias - Primas e Subsidiárias	2.377,26
020101	Combustiveis e Lubrificantes	528.228,47
020102	Gasolina	13.446,38
02010201	Gasóleo	451.602,82
02010202	Outros	63.179,27
02010299		
020104	Limpreza e Higiene	9.296,5 ⁴ 1.281.913,40
020105	Alimentação - Refeições Confecionadas Vestuárioe Artigos Pessoais	,
020107	Material de Escritório	7.375,53
020108	Material de Transporte	19.716,82
	Material de Consumo Hoteleiro	2.913,88
020113		33,71
020115	Prémios, Condecorações e Ofertas	21.118,17
020116	Mercadorias para venda Outros	3.249,09
02011603		3.249,09
020117	Ferramentas e Utensílios	4.239,00
020118	Livros e Documentação Técnica	2.583,00
020120 020121	Material de Educação, Cultura e Recreio Outros Bens	10.123,88 106.527,20
020121	Aquisição de Serviços	,
0202	Encargos de Instalações	11.465.418,07 2.177.601,27
020201		,
	Limpreza e Higiene	256.031,75
020203	Conservação de Bens	50.591,48
020204	Locação de Edificios	1.401.445,98
020206	Locação de material de transporte	241.924,47
020208	Locação de Outros Bens	34.258,02
020209	Comunicações	85.449,84
020210	Transportes	257.909,70
020211	Representação dos Serviços	2.033,45
020212	Seguros	354.153,03
020213	Deslocações e Estadas	1.143,06 108.708,51
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	*
020215 020217	Formação Publicidade	50,00
020217		12.661,57
	Vigilância e Segurança	624.560,80
)20219	Assistência Técnica Outros trabalhos especializados	214.494,76
)20220	Outros trabalhos especializados	88.508,82
)20222	Serviços de Saúde	20.394,27
)20224	Encargos de cobrança	35,87
)20225	Outros Serviços	5.533.461,4
)3	Juros e Outros Encargos	3.406.513,43
)301	Juros da Dívida Pública	3.402.479,13
030103 03010302	Sociedades Financeira - Bancos e Outras Instituições Financeiras	1.777.179,04
	Empréstimos de médio e longo prazo	1.777.179,04



Classificação Económica	Descrição	Exercicios futuros
	DESPESAS CORRENTES	(continuação)
0301030202	Banco Português de Investimentos	950.194,85 €
0301030204 0301030205	Novo Banco Millennium BCP	45.150,07 € 6.640,80 €
0301030205	Banco Santander Totta	144.287,80 €
0301030208	BEI	75.132,17 €
030105	Adminisytação Pública Central - Estado	1.625.300,09 €
03010502	Empréstimos de médio e longo prazo	1.625.300,09 €
0302	Outros encargos decorrentes da dívida pública	4.034,30 €
030201	Despesas Diversas	4.034,30 €
04	Transferências Correntes	2.791.403,70 €
0403	Administração Central	475.278,30 €
040305	Serviços e Fundos Autonomos	475.278,30 €
0405	Administração Local	1.488.975,69 €
040501	Continente	1.488.975,69 €
04050102	Freguesias	1.480.583,74 €
04050104	Associação de Municipios das Terras de Santa Maria	8.391,95 €
0407	Instituições sem fins lucrativos	729.527,61 €
040701	Instituições sem fins lucrativos	700.727,61 €
040702	Instituições sem fins lucrativos - Susbsistema de proteção social cidadão	28.800,00 €
0408	Famílias	97.622,10 €
040802 05	Outras Subsídios	97.622,10 €
0501	Sociedades e quase sociedade não financeiras	1.711.897,00 € 1.711.897,00 €
050101	Píblicas	1.711.897,00 €
050101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1.711.897,00 €
06	Outras Despesas Correntes	9.864,31 €
0602	Diversas	9.864,31 €
060201	Impostos e Taxas	2.185,04 €
060203	Outras	7.679,27 €
06020305	Outras	7.679,27 €
	DESPESAS DE CAPITAL	50.124.988,27 €
07	Aquisição de Bens de Capital	5.650.791,60 €
0701	Investimentos	2.790.806,53 €
070101	Terrenos	269.082,97 €
070102	Habitações	1.475,37 €
07010203	Reparação e Beneficiação	1.475,37 €
0701020301	Reparação e Beneficiação - Admin. Local - Continente	1.475,37 €
070103	Edifícios	926.598,93 €
07010301	Instalação de Serviços	1.298,83 €
0701030101	Instalação de Serviços - Administração Local	1.298,83 €
07010302	Instalações Desportivas e Recreativas	776.172,04 €
0701030201	Instalações Desportivas e Recreativas -Adm. Local - Continente	776.172,04 €
07010305	Escolas	142.943,67 €
0701030501	Escolas -Adm. Local - Continente	142.943,67 €
07010307	Outros	6.184,39 €
0701030701	Outros Construções Diversas	6.184,39 €
070104 07010401	Construções Diversas Viadutos, Aruamentos e Obras Complementares	1.208.216,54 €
07010401	Viadutos, Aruamentos e Obras Complementares Viadutos, Aruamentos e Obras Complementares - Adm. Local - Continente	22.900,25 € 22.900,25 €
0701040101	Sistema de drenagem de águas residuais	702.351,95 €
07010402	Sistema de drenagem de águas residuais - Adm. Local - Continente	702.351,95 € 702.351,95 €
0701040201	Estações de Tratamento de águas residuais - Adm. Local - Continente	141.810,10 €
0701040301	Estações de Tratamento de águas residuais - Adm. Local - Continente	141.810,10 €
07010404	Iluminação Pública	13.840,44 €
0701040401	Iluminação Pública - Adm. Local - Continente	13.840,44 €



Classificação Económica	Descrição	Exercicios futuro
	DESPESAS DE CAPITAL	(continuação
07010405	Parques e Jardins	157.851,89
07010405	Parques e Jardins - Adm. Local - Continente	157.851,89
07010406	Instalações Desportivas e Recreativas	30.992,50
07010406	Instalações Desportivas e Recreativas - Adm. Local - Continente	30.992,50
07010407	Captação e Distribuição de água	41.919,90
0701040701	Captação e Distribuição de água - Adm. Local - Continente	41.919,90
07010408	Viação Rural	5.114,00
0701040801	Viação Rural - Adm. Local - Continente	5.114,00
07010409	Sinalização Rural	22.666,95
0701040901	Sinalização Rural - Adm. Local - Continente	22.666,95
07010413	Outros	68.768,56
0701041301	Outros	68.768,56
70106	Material de Transporte	1.180,80
07010602	Outros	1.180,80
0701060201	Outros	1.180,80
070107	Equipamento de Informática	62.918,76
7010701	Equipamento de Informática - Adm. Local - Continente	62.918,76
070108	Software Informático	106.616,71
07010801	Software Informático - Adm. Local - Continente	106.616,71
70109	Equipamento Administrativo	11.008,19
7010901	Equipamento Administrativo - Adm. Local - Continente	11.008,19
70110	Equipamento Básico	31.232,06
7011002	Outros	31.232,06
701100201	Outros	31.232,06
070111	Ferramentas e Utensílios	12.074,80
7011101	Ferramentas e Utensílios - Adm. Local - Continente	12.074,80
070115	Outros Investimentos	160.401,40
07011501	Outros Investimentos - Adm. Local - Continente	160.401,40
0703	Bens de Domínio Público	2.859.985,07
070303	Outras Construções e Infraestruturas	2.859.985,07
07030301	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	2.665.553,35
07030302	Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	67.648,93
7030307	Captação e Distribuição de Águas Residuais	408,00
07030313	Outros	126.374,79
08	Transferências de Capital	2.166.677,00
0805	Administração Local	1.902.642,00
080501	Continente	1.902.642,00
08050102	Freguesias	1.902.642,00
0807	Instituições sem fins lucrativos	264.035,00
080701	Instituições sem fins lucrativos	264.035,00
)9	Ativos Financeiros	2.470.434,05
908	Unidades de Participação	2.470.434,05
90806	Administração Pública Central - Estado	2.470.434,05
10	Passivos Financeiros	39.837.085,62
.006	Empréstimos a médio e longo prazo	39.837.085,62
.00603	Sociedades Financeiras - Banco e Outras Instituições Financeiras	26.497.119,80
.0060301	Caixa Geral de Depósitos	13.759.700,37
.0060302	Banco Português de Investimento	6.396.597,97
10060304	Novo Banco	535.067,39
.0060305	Millennium BCP	164.217,47
.0060306	Banco Santander Totta	5.112.062,10
10060308	BEI	529.474,50
100605	Administração Central do Estado	13.339.965,82
	Total compromissos Futuros	71.629.493,82



b) Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a sua natureza e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.

Apenas o Município de Santa Maria da Feira prestou garantias, pelo que se descrevem no quadro infra:

Banco	Benefeciário	Valor
Santander totta	E.P Estradas de Portugal, SA	61.200,00€
Santander totta	E.P Estradas de Portugal, SA	19.000,00€
Santander totta	ICERR - Direção Estradas de Aveiro	3.000,00€
Novo banco	ICERR - Direção Estradas de Aveiro	52.872,58 €
Novo banco	ICERR - Direção Estradas de Aveiro	28.930,28 €
Banco comercial português	Suldouro - Valorização e Tratamento de Residuos Sólidos Urbanos, SA	165.102,10€
Banco comercial português	Ministério da Economia - Instituto Geológico e Mineiro	7.481,97€
Banco comercial português	Juiz de Direito da Comarca de Santa Maria da Feira	11.677,48 €
Millennium BCP	Juiz de Direito da Comarca de Santa Maria da Feira - Secção Cível - J2	452.596,00 €
Banco comercial português	E.P Estradas de Portugal, SA	5.000,00€
Banco comercial português	E.P Estradas de Portugal, SA	5.000,00 €
Caixa geral de depósitos	Comissão C. Região Norte	404.738,61€
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	15.921,63 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	5.112,68 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	5.112,68 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	1.084,89 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	698,32 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	567,38 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	274,34 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	250,65 €
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	329,21€
Caixa geral de depósitos	Tribunal Judicial Vila Feira	110.913,66 €
	Total	1.356.864,46 €



7. Informações relativas a políticas contabilísticas

 a) Critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e os métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente no que diz respeito, às amortizações, aos ajustamentos e às provisões;

A imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho económico e dos fluxos de caixa das demonstrações financeiras consolidadas só será assegurada se as entidades consolidadas prepararem as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com os princípios e critérios uniformes.

Sem prejuízo do acima exposto, a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas devem pautar-se pelo conjunto dos princípios aplicados pela entidade mãe, assegurando a relevância, a materialidade, a fiabilidade, a neutralidade, a plenitude, a economicidade, a comparabilidade espacial e temporal, bem como a representação fidedigna da informação nelas contida.

Como referenciado no parágrafo anterior, na produção das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aplicadas as seguintes políticas contabilísticas, tomando como referencial contabilístico o POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais:

Imobilizado

Os ativos imobilizados encontram-se registados ao custo de aquisição (soma do respetivo preço de compra suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual), ou ao custo de produção (soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para produzir determinado bem).

As taxas de amortização utilizadas pelo Município correspondem às taxas previstas na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE); as taxas utilizadas para



os ativos da empresa municipal Feira Viva são os previstos no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

A utilização de taxas diferentes para ativos conexos com atividades diferentes está associada ao modelo da depreciação económica subjacente a tais ativos, não sendo exequível nem economicamente razoável proceder-se à reclassificação e recálculo de todas as amortizações dos bens das entidades que integram o perímetro de consolidação e não seguem o POCAL como referencial contabilístico, através da aplicação do CIBE.

O montante escriturado em Edifícios e Outras Construções na empresa municipal Feira Viva, foi reclassificado e recalculadas todas as amortizações, tendo em conta que o bem em causa - Pavilhão da Lavandeira – constou de uma transação entre a empresa mãe e a empresa consolidada no ano económico de 2011.

No que concerne aos equipamentos biológicos, a Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), não prevê esta natureza de equipamentos, nem a sua depreciação, pelo que subsidiariamente se aplica o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, não tendo que se aplicar a reclassificação.

Investimentos financeiros

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo M.E.P. nas contas individuais, pelo que se encontram devidamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo custo médio ponderado de aquisição no que se refere ao Município, enquanto os inventários da empresa Municipal Feira Viva EM é valorizada ao custo médio, o qual é inferior ao valor realizável líquido, à exceção dos seguintes bens que foram mensurados pelo valor realizável líquido:



- sacos desportivos, roupões de piscina e toalhas de piscina.

Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Seguindo o princípio contabilístico da prudência em detrimento do princípio do custo histórico, utilizado nas operações de relações com terceiros, a rubrica de ajustamentos para dívidas de cobrança duvidosa corresponde aos encargos que poderão vir a ser efetivos no futuro, mas sobre os quais ainda não existe certeza de que venham mesmo a ocorrer e em que data, nomeadamente em função das idades dos saldos em dívida e nos processos em contencioso judicial.

As provisões para cobrança duvidosas foram constituídas de acordo com a mora. Assim, para:

- o Dívidas em mora entre 6 e 12 meses foi constituída provisão de 50%;
- Dívidas em mora há mais de 12 meses foi constituída na totalidade da dívida.

Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

Provisão para Riscos e Encargos

O grupo regista nesta rubrica a estimativa das provisões para fazer face aos riscos relativos a processos judiciais em curso, indemnizações, coimas e outros.



Remunerações a Liquidar

Incluída na rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo, corresponde à estimativa dos encargos com férias e mês de férias, baseados nos valores do correspondente exercício e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais no final de 2015 perante os funcionários pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar em 2016.

• Especialização de Exercícios

O Grupo regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".

Empréstimos

Na contabilização dos empréstimos é adotado o modelo de custo, tendo por base os documentos que titulam os empréstimos.

Provisões e Passivos Contingentes

Todos os Passivos de tempestividade ou quantia incerta, estimados com fiabilidade, são registados sob a forma de Provisões no Passivo. As obrigações possíveis que provêm de acontecimentos passados e cuja existência depende da ocorrência de acontecimentos futuros e as obrigações presentes que decorrem de acontecimentos passados, mas cuja estimativa de exfluxo não pode ser estimada com fiabilidade, encontram-se divulgadas sob a forma de Passivos Contingentes.



8. Informações relativas a determinadas rubricas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»:

Não aplicável.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões:

Mapa A - Ativo Bruto Consolidado

Ativo Bruto Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transferências	Abates	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO								
151 Terrenos e Recursos Naturais	2.619.071,11 €		377.808,80 €	- €	- €	880,00 €	- €	2.995.999,91
52 Edifícios	- €		- €	- €	- €	- €	- €	-
153 Outras Construções e Infra-estruturas	54.591.164,87 €		719.478,14 €	950,00 €	898.745,54 €	2.500,00 €	- €	56.205.938,5
155 Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	182.878,38 €		- €	- €	- €	- €	- €	182.878,3
159 Outros Bens de Domínio Público	173.852,94 €		- €	- €	- €	- €	- €	173.852,9
145 Imobilizações em Curso	145.478,99 €		237.325,64 €	- €	- 57.588,57 €	- €	- €	325.216,0
146 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €		- €	- €	- €	- €	- €	-
	57.712.446,29 €	- €	1.334.612,58 €	950,00 €	841.156,97 €	3.380,00 €	- €	59.883.885,8
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS								
149 Adiantamentos por conta de Bens de Domínio Público	- €		- €	- €	- €	- €	- €	-
143 Imobilizações Incorpóreas	- €		- €	- €	- €	- €	- €	-
431 Despesas de Instalação	- €		- €	- €	- €	- €	- €	-
132 Despesas de Investigação e de Desenvolvimento	- €		- €	- €	- €	- €	- €	-
133 Propriedade Industrial e Outros Direitos	8.671,20 €		- €	- €	- €	- €	- €	8.671,2
34 Concessões cedidas ao Município	- €		21.400.000,00 €	- €	- €	- €	- €	21.400.000,0
	8.671,20 €	- €	21.400.000,00 €	- €	- €	- €	- €	21.408.671,2
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
21 Terrenos e Recursos Naturais	50.904.787,05 €		296.619,05 €	244.327,19 €	- €	441.821,71 €	573.911,92 €	49.941.345,2
122 Edifícios e Outras Construções	153.195.565,87 €		722.750,68 €	- €	14.035.163,49 €	24,75 €	810.857,15 €	167.142.598,
123 Equipamento Básico	4.530.133,38 €		183.266,50 €	- €	- €	18.805,19 €	- €	4.694.594,6
124 Equipamento de Transporte	2.160.274,79 €		93.751,19 €	- €	- €	409,02 €	- €	2.253.616,9
125 Ferramentos e Utensílios	1.181.071,43 €		49.301,24 €	- €	- €	72.577,73 €	- €	1.157.794,9
126 Equipamento Administrativo	4.462.094,83 €		61.758,92 €	- €	- €	106.954,77 €	- €	4.416.898,9
127 Taras e Vasilhames	35.718,23 €		- €	- €	- €	- €	- €	35.718,2
129 Outras Imobilizações Corpóreas	9.953.048,79 €		936.024,87 €	- €	- €	90.487,00 €	- €	10.798.586,6
142 Imobilizações em Curso	32.156.556,85 €		5.671.129,92 €	- €	14.928.494,00 €	- €	- €	22.899.192,7
148 Adiantamentos por Conts de Imobilizações Corpóreas	118.202,37 €		- €	- €	- €	- €	- €	118.202,3
	258.697.453,59 €	- €	8.014.602,37 €	244.327,19 €	28.963.657,49 €	731.080,17 €	1.384.769,07 €	263.458.549,0
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS				1				
111 Partes de Capital	3.081.188,81 €		- €	- €	- €	- €	1.126.608,05 €	1.954.580,
112 Obrigações e Títulos de Participação	2.882.173,05 €		1,00 €	- €	- €	- €	- €	2.882.174,0
14 Investimentos em Imóveis	- €		- €	- €	- €	- €	- €	-
113 Outras Aplicações Financeiras	- €		- €	- €	- €	- €	- €	-
141 Imobilizações em Curso	11.496,15 €		- €	- €	- €	- €	- €	11.496,
47 Adiantamentos por Conta de Investimentos Financeiros	- €		- €	- €	- €	- €	- €	-
	5.974.858,01 €	- €	1,00 €	- €	- €	- €	1.126.608,05 €	4.848.250,9
TOTAL	322.393.429,09 €	- €	30.749.215.95 €	245.277.19 €	29.804.814.46 €	734.460.17 €	2.511.377.12 €	349,599,357,0



Mapa B - Amortizações/Ajustamentos Consolidados

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

					2015
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Ajustamentos de Consolidação	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
4851 TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €	- €
4852 EDIFÍCIOS	- €	- €	- €	- €	- €
4853 OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	26.305.573,63 €	2.792.695,00 €	11,88 €	- €	29.098.256,75 €
4855 BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	- €	- €	- €	- €	- €
4859 OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	6.610,29 €	701,21 €	- €	- €	7.311,50 €
	26.312.183,92 €	2.793.396,21 €	11,88 €	- €	29.105.568,25 €
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
4831 DESPESAS DE INSTALAÇÃO	- €	- €	- €	- €	- €
4832 DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO	- €	- €	- €	- €	- €
4833 PROPRIEADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	- €	5.910,46 €	- €	- €	5.910,46 €
4834 CONCESSÃO CEDIDAS AO MUNICÍPIO	- €	428.000,00 €	- €	- €	428.000,00€
	- €	433.910,46 €	- €	- €	433.910,46 €
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
4821 TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	- €	- €	- €	- €	- €
4822 EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	28.567.637,19 €	3.571.392,57 €	44.862,65 €	8.655,08 €	32.094.167,11 €
4823 EQUIPAMENTO BÁSICO	3.686.149,06 €	136.997,34 €	1.667,18 €	- €	3.821.479,22 €
4824 EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	2.053.835,60 €	43.733,42 €	- €	- €	2.097.569,02 €
4825 FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS (OUTROS)	964.998,54 €	42.460,28 €	1.648,69 €	- €	1.005.810,13 €
4826 EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	4.002.046,55 €	132.666,25 €	58.840,31 €	- €	4.075.872,49 €
4827 TARAS E VASILHAME	26.229,05 €	4.744,59 €	- €	- €	30.973,64 €
4829 OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (SÓ BIOLÓGICOS)	8.275.518,01 €	661.754,50 €	40.421,36 €	- €	8.896.851,15 €
	47.576.414,00 €	4.593.748,95 €	147.440,19€	8.655,08 €	52.022.722,76 €
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
491 PARTES DE CAPITAL	- €	- €	- €	- €	- €
492 OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	- €	- €	- €	- €	- €
495 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	- €	- €	- €	- €	- €
	- €	- €	- €	- €	- €
Total	73.888.597,92 €	7.821.055,62 €	147.452,07 €	8.655,08 €	81.562.201,47 €

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período:

Não aplicável.

- d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram:

 Não aplicável.
- e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado:

Não aplicável.

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado:

Não aplicável.



- g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor: Não aplicável.
- h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão:

Ver nota b) do n.º6.

- i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável:

 Não aplicável.
- j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades:
 Não aplicável

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos na alínea b) do item 4.5.2.2. destas instruções e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Não aplicável.

I) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros:

Não aplicável.



m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial:

Remunerações atribuídas em 2015	NIPC	Valor
Municipio de Santa Maria da Feira	501.157.280	
Órgão Executivo Órgão de Fiscalização (Gaspar Castro e Romeu Silva, Sroc, LDA)		235.540,49 € 14.760,00 €
Feira Viva, Cultura e Desporto, E.M.,	505.520.151	
Órgão Executivo Órgão de Fiscalização (Ângelo Couto & Carlos Ribeiro SROC)		- € 4.960,00 €
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira	504.134.353	
Órgão Executivo Órgão de Fiscalização (António Magalhães & Carlos Santos)		40.600,00 € 3.382,50 €
Energaia-Agencia de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto	504.454.536	
Órgão Executivo Órgão de Fiscalização (Paula Saraiva & Manuel Pereira, SROC)		- € 2.100,00 €

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação:

Não aplicável.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações:

Não aplicável.

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Não aplicável.



q) Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

Custos e Perdas	Exer	cícios	Proveitos e Ganhos	Exerc	cícios
custos e retuas	2015	2014	Proveitos e dannos	2015	2014
681 Juros suportados	514.802,00 €	771.730,61 €	781 Juros obtidos	79.806,17 €	91.278,20 €
682 Perdas em entidades participadas			782 Ganhos em entidades participadas		
683 Amortizações de investimento em imóveis			783 Rendimentos de imóveis		
684 Provisões para aplicações financeira		399,00 €	784 Rendimentos de participações de capital	20.382,67 €	87.843,39 €
685 Diferenças de câmbio desfavorável	25,86 €	41,44 €	785 Diferenças de câmbio favorável		
Perdas em entidades participadas			786 Desc. de pronto pagamento obtidos	1.846,95 €	2.677,55 €
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria			787 Ganhos na alienação aplic. tesouraria		
688 Outros custos e perdas financeiras	46.680,53 €	59.042,49 €	788 Outros prov. e ganhos financeiros	63.300,10 €	1.020,00€
Resultados Financeiros	- 396.172,50 €	- 648.394,40 €			
Total	165.335,89 €	182.819,14 €	Total	165.335,89 €	182.819,14 €

Seguindo a tendência dos últimos anos, os Resultados Financeiros mantêm-se em valores negativos registando em 2015 um total de -396.172,50 €. Contudo, verifica-se uma variação positiva de 252.221,90 € em relação a 2014, ou seja, um melhor contributo para o resultado líquido do exercício.

r) Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

Custos e Perdas	Exerc	cícios	Proveitos e Ganhos	Exerc	ícios
Custos e Perdas	2015	2014	Proveitos e Gannos	2015	2014
691 Transferências de capital concedidas	2.032.510,89 €	1.406.967,49 €	791 Restituição de Impostos	41,02 €	
692 Dívidas incobráveis			792 Recuperação de dívidas		
693 Perdas em existências	4.490,27 €	25.997,67 €	793 Ganhos em existências	23.424,52 €	15,42 €
694 Perdas em imobilizações	12.959,65 €	92.087,88 €	794 Ganhos em imobilizações	773.461,98 €	560.512,66 €
695 Multas e Penalidades	3.412,26 €	5.253,11 €	795 Benef. Penalidades Contratuais	199.783,51€	284.697,68 €
696 Aumentos Amortiz. / Provisões			796 Reduções de amortizações e Provisõ	77.956,63 €	
697 Correcções rel. Exercício anteriores	473.626,94 €	103.658,81 €	797 Correcções Relativ Exerc. Anteriores	400.890,68 €	1.899.498,94€
698 Outros Custos e Perdas Extraordinários	71.734,38 €	162.435,92 €	798 Outros Prov. E Ganhos Extraordinários	1.888.769,61 €	1.537.689,89€
Resultados Extraordinários	765.593,56 €	2.486.013,71 €			
Total	3.364.327,95 €	4.282.414,59 €	Total	3.364.327,95 €	4.282.414,59 €

Os resultados extraordinários a 31 de dezembro de 2015, apresentaram tal como no ano transato um resultado positivo, na ordem dos 765.593,56 €, contra o período anterior, que registou um resultado de 2.486.013,71 €.



Parte deste resultado deve-se, essencialmente ao aumento verificado nas transferências de capital concedidas que passou de 1.406.967,49 € para 2.032.510,89€, bem como das "Correções relativas a exercícios anteriores", que passou de 103.658,81€ para 473.626,94 €.

No âmbito dos proveitos e ganhos a rubrica determinante para a formação do resultado foi a rubrica "Ganhos em Imobilizações " cujo aumento se situou em 212.949,32 €, bem como a rubrica "Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários" que atingiu o montante de 1.888.769,61 €.

s) Desdobramento das contas de provisões e movimentos do exercício:

Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	- €	- €	- €	- €
29.1	Provisões para cobranças duvidosas	3.486.436,85 €	917.726,43 €	77.956,63 €	4.326.206,65 €
29.1.1	Clientes	38.210,10 €	- €	- €	38.210,10 €
29.1.3	Utentes	2.896.213,15 €	836.008,43 €	- €	3.732.221,58 €
29.1.3.1	Rendas Habitação Social	370.637,86 €	46.382,59 €	- €	417.020,45 €
29.1.3.2	Saneamento/Residuos Sólidos	1.973.166,32 €	637.439,27 €	- €	2.610.605,59 €
29.1.3.3	Refeições Escolares	238.454,26 €	111.242,55 €		349.696,81€
29.1.3.9	Outras situações	313.954,71 €	40.944,02 €		354.898,73 €
29.1.4	Devedores Diversos	552.013,60€	81.718,00 €	77.956,63 €	555.774,97 €
29.2	Provisões para riscos e encargos	3.038.745,73 €	857.868,92 €	- €	3.896.614,65 €
29.2.1	Processos judiciais em curso	3.038.745,73 €	857.868,92 €	- €	3.896.614,65 €
39	Provisões para depreciação de existências	126.378,91 €	- €	- €	126.378,91 €
39.6	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	126.378,91€	- €	- €	126.378,91€
49	Provisões para investimentos financeiros	- €	- €	- €	- €



Decomposição das provisões para riscos e encargos

Processo n.º	2015	2014
469/06. OBEVIS	99.180,25 €	99.180,25 €
680/1999 do 4º Jcivil do Tjudicial de Santa Maria da Feira	184.674,54 €	183.843,00 €
767/09.0BEVIS	143.614,25 €	143.614,25 €
1110/12.7TBVFR	175.985,00€	175.985,00 €
2935/07.OTBVFR - Tribunal Judicial Santa Maria da Feira	15.000,00€	15.000,00€
2947/14.8TBVFR - 2ºJCível do Tribunal Judicial Santa Maria da Feira	713.361,30 €	- €
3134/14.0TBVFR - 3ºJCível do Tribunal Judicial Santa Maria da Feira	2.419.856,97 €	2.419.856,97 €
877/15.5BEAVR - Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro	39.920,00 €	- €
3788/08.7TBVFR - Expropriação	103.756,08€	- €
Outros	1.266,26 €	1.266,26 €
Total	3.896.614,65 €	3.038.745,73 €
Reforço	857.868,92 €	

t) Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos:

Não aplicável.

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas:

Não aplicável.

9. Informações diversas

1. Situações que afetem significativamente os impostos futuros

a) Impostos correntes

As empresas municipais são sujeitas passivas de Imposto sobre o Rendimento Coletivo. A taxa de imposto sobre os lucros é de 21% sobre a matéria coletável, a taxa de derrama de 1,5% do lucro tributável, sendo a taxa de tributação autónoma aplicável de acordo



com o artigo 88º do CIRC, embora a empresa municipal maioritariamente aplique a taxa do nº 3 do artigo referido, 10%.

b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social). Deste modo as declarações fiscais a partir de 2011, poderão ainda ser sujeitas a revisão, embora as empresas municipais considerem que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015.

2.Descrição desagregada das responsabilidades, por garantia e cauções prestadas e recibos de cobrança

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património do município, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo.

Assim, estas contas refletem para além dos recibos para cobrança, fundos caucionados, depósitos de garantia e garantias bancárias tituladas por documentos que revistam a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante, tais como, retenções em numerário e depósitos bancários.



Cad Casta	Davingaria.	Saldo Inicial		Do Ano		Saldo Final	
Cod. Conta	Designação	Débito	Crédito	Débito	Crédito	Devedor	Credor
9	CONTAS DE ORDEM	6.211.335,82 €	6.211.335,82 €	2.002.842,60 €	2.002.842,60 €	- €	- €
9.1	RECIBOS PARA COBRANÇA	38.210,10 €	- €	- €	- €	38.210,10 €	- €
09.1.1	EXERCICIO ANTERIOR	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17€	- €
09.1.1.01	RECEITA LIQUIDADA	38.011,17 €	- €	- €	- €	38.011,17€	- €
09.1.1.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.1.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2	EXERCICIO CORRENTE	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.01	RECEITA LIQUIDADA	198,93 €	- €	- €	- €	198,93 €	- €
09.1.2.02	RECEITA COBRADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.1.2.03	RECEITA ANULADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
9.2	FUNDOS CAUCIONADOS	2.181.597,83 €	3.448.078,57 €	290.215,28 €	362.739,59 €	- €	1.339.005,05 €
09.2.1	CAUÇOES DE EMPREITADAS	2.180.686,33 €	3.018.994,85 €	290.215,28 €	328.226,67 €	- €	876.319,91 €
09.2.1.01	PRESTADA	- €	3.018.994,85 €	- €	328.226,67 €	- €	3.347.221,52 €
09.2.1.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.1.03	DEVOLVIDA	2.180.686,33 €	- €	290.215,28 €	- €	2.470.901,61 €	- €
09.2.2	CAUÇOES DE LOTEAMENTO E OBRAS	- €	424.406,22 €	- €	34.512,92 €	- €	458.919,14 €
09.2.2.01	PRESTADA	- €	424.406.22 €	- €	34.512.92 €	- €	458.919.14 €
09.2.2.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.2.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3	CAUÇOES DE LICENCIAMENTO SANITARIO	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.3.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4	DEPOSITOS DE CAUÇÃO DO PESSOAL	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.01	PRESTADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.4.03	DEVOLVIDA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5	CAUÇÕES DE CAÇA	911.50 €	21.418,63 €	7.188.50 €	40.185.69 €	- €	53.504,32 €
	PRESTADA	- €	4.677.50 €	7.100,50 €	- €	- €	4.677.50 €
09.2.5.02	ACCIONADA	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.2.5.03	DEVOLVIDA	911.50 €	- €	- €	- €	911.50 €	- €
9.3	GARANTIAS BANCÁRIAS	347.607.91 €	2.725.047,15 €	202.259.32 €	1.147.628,41 €	- €	3.322.808,33 €
09.3.1.01	Prestadas	- €	16.741,13 €	- €	40.185,69 €	- €	56.926,82 €
09.3.1.02	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.1.03	Devolvidas	- €	- €	7.188.50 €	- €	7.188.50 €	- €
09.3.2	Forncedores de Imobilizado	347.607,91 €	2.708.306,02 €	195.070,82 €	1.107.442,72 €	7.100,50 €	3.273.070,01 €
09.3.2.01	Prestadas	- €	2.708.306,02 €	- €	1.107.442,72 €	- €	3.815.748,74 €
09.3.2.01	Accionadas	- €	2.708.300,02 €	- €	1.107.442,72 €	- €	- €
09.3.2.02	Devolvidas	347.607,91 €	- €	195.070,82 €	- €	542.678,73 €	- €
09.3.2.03	Loteamentos	- €	- €	- €	- €	- €	- €
	Prestadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.01	Accionadas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
09.3.3.02	Devolvidas	- €	- €	- €	- €	- €	- €
9.9	CONTRAPARTIDA	3.643.919.98 €	38.210,10 €	1.510.368.00 €	492.474.60 €	4.623.603.28 €	- €
09.9.1	RECIBOS DE COBRANÇA	3.643.919,98 €	38.210,10 €	1.510.368,00 €	492.474,60 €	4.623.603,28 €	38.210,10 €
09.9.1	FUNDOS CAUCIONADOS	1.266.480,74 €	38.210,10 €	362.739,59 €	290.215,28 €	1.339.005,05 €	38.210,10 €
09.9.2	GARANTIAS BANCÁRIAS	1.266.480,74 €	- €	1.147.628.41 €	290.215,28 €	1.339.005,05 €	- €
UJ.J.J						3.3∠∠.6U8,33 €	- €
	Total	6.211.335,82 €	6.211.335,82 €	2.002.842,60 €	2.002.842,60 €		

10.Outras Informações Relevantes

1. Passivos contingentes

Quando o POCAL é omisso no tratamento da informação contabilística, impõe-se a aplicação das normas internacionais de contabilidade pública, doravante designada por IPSAS.



Para o acaso em apreço, aplica-se a IPSAS 19 "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes".

Assim, de acordo com esta norma "Passivo Contingente" é:

- a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios económicos ou potencial de serviços que seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - ii. o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade".

A aplicação desta norma advém do facto de existirem processos judiciais em curso, e que, de acordo com os advogados, não existe probabilidade de estes gerarem exfluxos.

Decorre, da própria norma, que tais situações, sejam devidamente divulgados no anexo, pelo que abaixo se descrimina os processos em causa.

Não foram criadas provisões, dos processos supra citados, resultante da não indicação por parte dos advogados acerca da probabilidade da sentença.

	Processo n.º
720/06 - Ação Popular	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro /J
1521/08.2 BEVIS - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo/CR
388/09.8 BEVIS - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu/I
610/09.OBEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/J
890/11 - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/I
916/11.9BEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/I
158/11.3BEAVR - Ação Administrativa	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
604/13.1 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM
895/13.8 BEAVR - Ação Administrativa Especial	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro/CM
115/13.5 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
117/13.1 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
119/13.8 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
369/12.4 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
550/13.9 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
890/13.7 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
903/13.2 BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu
195/14.6BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
1884/14.0BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
36/15.7BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
474/15.5BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
822/15.8BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
827/15.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
190535/12.7 YIPRT-1º Juízo Cível	Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira
896/12.3BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
978/12.1BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
964/15.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
1814/06.3BEVIS	Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu
6/13.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
8/10.8BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
54/13.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
886/13.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
921/13.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
65/14.8RBVFR	Comarca de Aveiro, Santa Maria da Feira J1
390/14.5yiprt	Balcão Nacional de Injunções
503/14.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
726/14.1BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
825/14.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
993/14.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
1123/14.4BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
326/15.9BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
493/15.1BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
665/15.6BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
671/15.6BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
717/15.5BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
808/15.2BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
916/15.0BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
877/15.5BEAVR	Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro
648/15.9BVFR	2ºjº Cível do Tribunal Judicial de Santa Maria da Feira



ANEXOS DOCUMENTAIS DAS CONTAS CONSOLIDADAS



BALANÇO CONSOLIDADO DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CÓDIGO	ACTIVO	Exer	Exercício		
DAS		2015	2014		
CONTAS		AL	AL		
	Im obilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	2.995.999,91 €	2.619.071,11 €		
452	Edifícios	- €			
453	Outras construções e infra-estruturas	27.107.681,80 €	28.285.591,24 €		
455	Bens do património histórico,artístico e cultural	182.878,38 €	182.878,38 €		
459	Outros bens de domínio público	166.541,44 €	167.242,65 €		
445	lmobilizações em curso	325.216,06 €	145.478,99 €		
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	- €			
		30.778.317,59 €	31.400.262,37 €		
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalacção	- €	- €		
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	- €	- €		
433	Propriedade industrial e outros direitos	20.974.760,74 €	2.248,22 €		
443	lmobilizações em curso	- €	- €		
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	- €	- €		
		20.974.760,74 €	2.248,22 €		
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	49.941.345,28 €	50.330.875,13 €		
422	Edificios e outras construções	135.048.431,03 €	123.559.197,21 €		
423	Equipamento básico	873.115,47 €	789.375,12 €		
424	Equipamento de transporte	156.047,94 €	106.030,17 €		
425	Ferramentas e utensílios	151.984,81 €	97.031,66 €		
426	Equipamento administrativo	341.026,49 €	400.974,68 €		
427	Taras e vasilhame	4.744,59 €	9.489,18 €		
429	Outras imobilizações corpóreas	1.901.735,51 €	1.638.519,09 €		
442	Imobilizações em curso	22.899.192,77 €	32.337.052,54 €		
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	118.202,37 €	118.202,37 €		
		211.435.826,26 €	209.386.747,15 €		
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1.810.532,89 €	1.804.948,68 €		
412	Obrigações e títulos de participação	2.882.174,05 €	2.882.173,05 €		
414	Investimentos em imóveis	- €	- €		
413	Outras aplicações financeiras	- €	- €		
441	Imobilizações em curso	11.496,15 €			
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	- €	- €		
		4.704.203,09 €	4.687.121,73 €		
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	320.377,81 €	338.392,87 €		
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias	32.535,39€	32.090,73 €		
37	Adiantamentos por conta de compras	- €	- €		
		352.913,20 €	370.483,60 €		

CÓDIGO		Exer	Exercício		
DAS	ACTIVO	2015	2014		
CONTAS		AL	AL		
00	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos	40.407.04.6			
211	Clientes c/c	42.405,34 €	39.545,42		
212	Contribuintes c/c	62.536,15 €	3.057,13		
213	Utentes c/c	2.987.464,58 €	1.596.448,06		
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobranca duvidosa	3.892,09 €	3.892,09		
251	Devedores pela execução do orçamento	- €			
229	Adiantamentos a fornecedores	- €			
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	- €			
24	Estado e outros entes públicos	14.316,94 €	25.206,66		
264	Administração autárquica	- €			
62+263+267+268	Outros devedores	2.677.321,36 €	3.353.086,83		
		5.787.936,46€	5.021.236,19		
	Títulos negociáveis:				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação	- €	-		
153	Títulos de dívida pública	- €	-		
159	Outros títulos	- €	-		
18	Outras aplicações de tesouraria	- €	-		
		- €	-		
	Depositos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depositos em instituições financeiras	18.819.955,62€	11.717.994,50		
11	Caixa	14.317,00 €	12.150,99		
		18.834.272,62 €	11.730.145,49		
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	20.590.546,25 €	21.330.410,84		
272	Custos diferidos	34.968,86 €	94.810,82		
		20.625.515,11 €	21.425.221,66		
	Total do Activo	313.493.745,07 €	284.023.466,41		



CÓDIGO		EXERCÍCIOS		
DAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2015	2014	
CONTAS				
	Fundos próprios:			
51	Património	87.040.101,00 €	86.931.727,75€	
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	- €		
56	Reservas de reavaliação	- €		
	Reservas:			
571	Reservas legais	3.848.946,30 €	2.678.896,01€	
572	Reservas estatutárias	- €	13.950,00€	
573	Reservas contratuais	- €		
574	Reservas livres	- €		
575	Subsídios	2.529.581,99 €	2.528.781,82€	
576	Doações	2.535.265,39 €	2.377.930,09€	
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	22.497.138,65 €	1.525.138,65€	
59	Resultados transitados	72.449.108,49 €	62.579.561,35€	
88	Resultado líquido em exercício	11.055.562,82 €	10.367.816,19€	
		201.955.704,64 €	169.003.801,86 €	
	Passivo:	- €	- €	
292	Provisões para riscos e encargos	3.896.614,65 €	3.038.745,73 €	
		3.896.614,65€	3.038.745,73 €	
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		,	
2312	Empréstimos de Médio e longo prazos	35.146.561,56 €	40.019.075,23€	
	Acordos pagamento			
223	Fornecedores c/c, mlp			
2617	Fornecedores de imobilizado, c/c			
2684712	FAM	2.058.697,05 €	2.470.434,05€	
		37.205.258,61 €	42.489.509,28 €	
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	0.1203.203,01.0		
2311	Empréstimos de curto prazo	- €	- €	
2312	Empréstimos mlp_amortizações exigiveis a curto prazo	4.690.524,06 €	4.652.066,24 €	
269	Adiantamentos por conta de vendas	293.239,88 €	761.559,88 €	
221	Fornecedores c/c	802.978,17 €	933.736,01 €	
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	170.575,28 €	854.314,05 €	
252	Credores pela execução do orçamento	- €	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	- €		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	52.832,68 €	83.550,20 €	
2618	Fornecedores de imobilizado - Facturas Recep/Confer	7.605,61 €	562.777,22€	
24	Estado e outros entes públicos	295.021,46 €	416.174,38 €	
264	Administração autárquica	6.063,53 €	8.203,55€	
262+263+267+268	Outros credores	734.550,33 €	484.138,98 €	
222+2612+262	Garantias e Cauções	1.341.960,22 €	1.252.934,16 €	
		8.395.351,22 €	10.009.454,67 €	
	Acréscimos e diferimentos:	0.000.001,22 €	10.000.101,07 €	
273	Acréscimos de custos	2.476.718,69€	2.572.827,86 €	
274	Proveitos diferidos	59.564.097,26 €	56.909.127,01 €	
217	1.1010100 dilichidos		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
		62.040.815,95 €	59.481.954,87 €	
	Total do Passivo	111.538.040,43 €	115.019.664,55 €	
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo	313.493.745,07 €	284.023.466,41 €	



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZA DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Descrição				Exercícios				
	2015		2014					
stos e perdas								
stos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:								
rcadorias	46.251,67 €		17.369,02 €					
térias	1.425.010,07 €	1.471.261,74 €	1.259.200,78 €	1.276.569,80 €				
rnecimentos e serviços externos:		18.372.598,53 €	,	17.786.544,65 €				
stos com o pessoal:								
munerações	11.768.811,45€		11.917.732,36 €					
cargos sociais	3.313.248,41 €	15.082.059,86 €	3.530.316,65 €	15.448.049,01 €				
ansferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		2.355.981,99€		2.291.502,27€				
nortizações do exercício		7.789.429,17€		6.952.232,69€				
ovisões do exercício		1.775.595,35€		2.779.638,42€				
tros custos operacionais		265.068,56 €		228.258,23€				
(A)	_	47.111.995,20 €	_	46.762.795,07 €				
stos e perdas financeiros		561.508,39 €		831.213,54 €				
(C)	_	47.673.503,59 €	_	47.594.008,61 €				
stos e perdas extraordinários	_	2.598.734,39€	_	1.796.400,88€				
(E)		50.272.237,98 €	_	49.390.409,49 €				
sultado líquido do exercício		11.055.562,82€		10.367.816,19€				
(X)		61.327.800,80 €		59.758.225,68 €				
oveitos e ganhos								
ndas e prestações de serviços:								
nda de mercadorias								
enda de produtos	47.348,31 €		25.557,17 €					
(B)	- €	-	- 60,99€					
estações de serviços	10.714.280,95 €	10.761.629,26 €	11.222.813,74 €	11.248.309,92 €				
		10.761.629,26 €		11.248.309,92 €				
postos e taxas	26.316.619,80 €		23.867.088,27 €					
riação da produção	- €		- €					
abalhos para a própria entidade	985.416,62€		342.151,30 €					
oveitos suplementares	679,32 €		125.100,82 €					
ansferências e subsídios obtidos	19.688.020,94 €		21.545.232,52 €					
tros proveitos e ganhos operacionais	45.771,02€	47.036.507,70 €	- 1.834.890,88 € <u> </u>	44.044.682,03 €				
(B)		57.798.136,96 €		55.292.991,95 €				
oveitos e ganhos financeiros	_	165.335,89 €	_	182.819,14 €				
(D)		57.963.472,85 €		55.475.811,09 €				
oveitos extraordinários	_	3.364.327,95 €	_	4.282.414,59 €				
(F)		61.327.800,80 €		59.758.225,68 €				
sultados Operacionais: (B - A)		10.686.141.76 €		8.530.196,88€				
sultados Financeiros: (D - B) - (C - A)				648.394,40 €				
sultados Correntes: (D - C)				7.881.802,48 €				
sultados Líquido do Exercício: (F - E)				10.367.816,19 €				
sultad sultad	os Operacionais: (B - A) os Financeiros: (D - B) - (C - A) os Correntes: (D - C)	os Operacionais: (B - A) os Financeiros: (D - B) - (C - A) os Correntes: (D - C)	os Operacionais: (B - A) os Financeiros: (D - B) - (C - A) os Correntes: (D - C) 10.686.141,76 € 10.686.141,76 € 10.686.141,76 € 10.686.141,76 € 10.686.141,76 € 10.686.141,76 € 10.686.141,76 € 10.686.141,76 € 10.686.141,76 € 10.686.141,76 € 10.686.141,76 € 10.686.141,76 € 10.686.141,76 € 10.686.141,76 € 10.686.141,76 € 10.686.141,76 € 10.686.141,76 €	os Operacionais: (B - A) os Financeiros: (D - B) - (C - A) os Correntes: (D - C) 10.686.141,76 € - 396.172,50 € - 10.289.969,26 €				



MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência anterior		11.603.443,03 €	Despesas orçamentais		58.457.516,98 €
Execução orçamental	10.123.424,74 €		Correntes	40.031.384,13 €	
Operações de tesouraria	1.480.018,29 €		Capital	18.426.132,85 €	
Receitas		65.637.412,55 €	Operações de Tesouraria		3.310.817,83 €
Correntes	54.949.045,53 €				
Capital	10.687.912,22 €		Saldo para a gerência seguinte		18.834.272,62 €
Outras	454,80 €				
			Execução orçamental	17.303.320,31 €	
Operações de Tesouraria		3.361.751,85 €	Operações de tesouraria	1.530.952,31 €	
Total		80.602.607,43 €	Total		80.602.607,43 €